

A Infância e a Adolescência nos Meios de Comunicação Ibero-americanos

Análise da II Edição dos Prêmios Ibero-americanos
de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência

ÍNDICE

Angeles Torrejón Becerril/Diario Milenio/México



1ª parte

OS PRÊMIOS IBERO-AMERICANOS DE COMUNICAÇÃO PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

- Apresentaçãopág. 5
- Legislação e Infância na Regiãopág. 6
- Jornalismo e Mobilização Socialpág. 10
- Uma ONG de Jornalistaspág. 12
- Os Prêmiospág. 14
- A Premiaçãopág. 18
- O Júripág. 20
- Os Vencedorespág. 22
- A Esculturapág. 23
- Estatísticaspág. 24

2ª parte

ANÁLISE DAS INSCRIÇÕES DA II CONVOCATÓRIA

- A Mídia Está Alertapág. 26
- Imprensapág. 31
- Televisãopág. 40
- Rádiopág. 51
- Conselhos Tutelarespág. 56
- Trabalho Gráficopág. 57
- Público Infantilpág. 61
- Público Adolescentepág. 64

William Fernando Martinez/El Tiempo/Colômbia



3ª parte

APÊNDICE

- Manifestopág. 69
- Metodologiapág. 71
- Organizadorespág. 72
- Ficha Técnicapág. 74



UMA ESTRATÉGIA PARA PROMOVER OS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Na última década testemunhamos a efetiva incorporação dos direitos da infância e da adolescência nas agendas políticas e no debate público da região ibero-americana.

O papel da mídia e o compromisso dos comunicadores foi crucial no processo de aprovação e ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança em todos os países, elaborando informação e mensagens de qualidade sobre a situação da infância, cobrindo os foros internacionais e nacionais para a elaboração de políticas de infância, desenvolvendo importantes pesquisas e trabalhos de campo e, em resumo, impulsionando uma cultura de respeito pelos direitos humanos na região.

Os desafios que se colocam para ibero-américa, onde mais da metade da população infantil e adolescente é pobre, exigem um esforço sustentado dos profissionais da comunicação na sua função de educadores da sociedade. Acompanhar a alocação orçamentária para a implementação de planos de ação pela infância, promover uma co-responsabilidade de outros setores da sociedade e informar a população sobre os mecanismos de garantia dos direitos reconhecidos nas leis e nas declarações são tarefas que a mídia está começando a assumir.

Com o propósito de reconhecer e promover o trabalho de jornalistas e comunicadores sociais da região a favor do respeito pelos direitos de meninas, meninos e adolescentes, bem como de estimular uma investigação jornalística de qualidade em favor da infância, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Agência Internacional de Notícias EFE, com o apoio do Comitê Espanhol do UNICEF e da Fundação Santillana para a Ibero-américa, criaram em 1998 os Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência.

O impacto desses prêmios na América Latina foi significativo. Nas duas convocações celebradas até o momento se registraram mais de 1.500 inscrições de centenas de meios de comunicação.

Esta publicação é produto destes anos de compromisso compartilhado entre as organizações promotoras desta iniciativa, às quais somam-se agora as Fundações Telefônica da Espanha, Argentina, Brasil, Chile, Marrocos e Peru.

MÍDIA E DIREITOS

A Infância e a Adolescência nos Meios de Comunicação Ibero-americanos é a memória e o justo reconhecimento aos comuni-

cadores e meios que participaram da II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação.

É também a primeira análise de caráter regional que se realiza sobre o esforço jornalístico focalizado na realidade das crianças e adolescentes da região. Este trabalho foi desenvolvido por uma equipe de especialistas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), do Brasil, com a assessoria do UNICEF e da Agência EFE, o patrocínio e colaboração das Fundações Telefônica e o apoio da Fundação Santillana para a Ibero-américa. A amostra do estudo tem como base os 931 trabalhos de imprensa, rádio, televisão, fotografia e publicações dirigidas ao público infantil e adolescente inscritas na última edição dos prêmios.

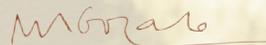
Desta maneira, e em função de uma metodologia construída ao longo de mais de 10 anos de experiência da ANDI na promoção de uma cultura de direitos nos meios de comunicação do Brasil, foram revisados os temas mais abordados pelos meios e comunicadores ibero-americanos, os tipos de denúncias que se realizam, qual é o tratamento das causas que provocam a violação dos direitos da infância ou do contexto social em que estas se produzem. O estudo focaliza também as propostas de solução para os problemas abordados, a referência a experiências bem sucedidas para uma promoção adequada dos direitos da infância e o manejo de fontes especializadas.

O resultado busca construir um instrumento de trabalho a serviço de profissionais dos meios de comunicação na região ibero-americana e membros de instituições, universidades e organizações não-governamentais especializadas; um referencial de qualidade para ajudar a empreender os compromissos pendentes com a infância e a adolescência ibero-americanas.



Nils Kastberg

Escritório Regional UNICEF para América Latina e o Caribe



Miguel A. Gozalo

Agência Internacional de Notícias EFE

AS LEIS E AS CRIANÇAS NOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS

A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, é o tratado internacional de Direitos Humanos mais ratificado na História, contando atualmente com uma aceitação quase universal.

A Convenção reconhece os direitos humanos de todas as crianças e adolescentes e estabelece um marco jurídico de proteção integral em virtude do qual os Estados que a ratificaram assumem a obrigação de garantir, sem nenhum tipo de discriminação, a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento das pessoas menores de 18 anos e sua formação para uma vida independente em sociedade, atendendo sempre a seu melhor interesse.

Todos os países ibero-americanos ratificaram a Convenção no início da década de 1990, o que significou o reconhecimento dos direitos da criança como parte essencial do sistema democrático desses países. A adoção da nova filosofia desencadeou um processo de adaptação das legislações internas aos princípios da Convenção, tendo como ponto de partida o Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado pelo Brasil em 13 de julho de 1990.

Em 10 anos, as leis dos países da América Latina, com exceção da Argentina, Colômbia, México, Chile e Uruguai, que estão em processo de mudança, abandonaram, com maior ou menor sucesso, os modelos assistencialistas — típicos das legislações anteriores à CDC — e desenharam novos sistemas dirigidos a atender as necessidades da infância de forma integral com base nos direitos humanos.

O modelo anterior à Convenção tinha como fundamento a chamada doutrina da situação irregular e se caracterizava pela implementação de políticas assistenciais e de proteção

especial, estruturadas para atender às crianças em risco e em situação irregular — abuso sexual, maus-tratos, exploração, conflitos armados, abandono, infrações penais, etc. Um modelo que sugeria soluções de controle e internação das crianças em grandes instituições de caridade, como substitutivas da família e da comunidade, negando a elas, desta forma, a possibilidade de acesso a serviços sociais compensatórios e à reinserção social, no caso dos adolescentes em conflito com a lei. Estas políticas estavam orientadas para atender aos mais necessitados em função de uma visão assistencialista e terminavam punindo e excluindo os mais pobres.

As reformas legislativas aprovadas após a Convenção não foram idênticas em todos os países da América Latina. Em função das conjunturas sociais e políticas, foram promulgados, em alguns casos, códigos integrais — que pretendem regular todos os direitos contemplados na CDC — e, em outros, leis reguladoras de alguns âmbitos específicos de proteção. Este é o caso das leis sobre responsabilidade penal dos adolescentes, sobre proteção jurídica das crianças, sobre regulamentação das adoções, sobre paternidade responsável ou contra a exploração sexual. Em uns e outros, os novos marcos legais partem da convicção de que a criança tem direito a desenvolver plenamente seu potencial e de que a família, a sociedade e o Estado têm a obrigação de criar as condições para que esse desenvolvimento ocorra. Não é uma questão de caridade, é uma questão de direito.

Desta maneira, o sistema de proteção integral proposto pela CDC e as leis inspiradas nela implicam a articulação, por meio de planos nacionais de ação, de fatores-chave para o pleno desenvolvimento da criança, tais como a educação de ensino médio obrigatória, a universalização do sistema

nacional de saúde, a renovação e ampliação do sistema público de serviços sociais, a prevenção e proteção da infância em situação de vulnerabilidade, a promoção da participação, o lazer, a cultura e a informação.

As crises econômicas que nos últimos anos estão afetando a região, o peso dos juros da dívida externa e o aumento do déficit público estão produzindo, porém, uma desaceleração preocupante nos processos de implementação dos novos códigos e leis da infância e adolescência, o que de alguma maneira reflete a falta de prioridade que os direitos das crianças têm ainda nas agendas nacionais. O desenvolvimento de planos nacionais de ação em cada país, que orientam o cumprimento das metas sobre desenvolvimento infantil acordadas globalmente para os próximos dez anos na Sessão Especial das Nações Unidas em favor da Infância e da Adolescência, realizada em 2002, tampouco alcançou até o momento os níveis desejados para a região.

Nesse sentido é urgente aumentar o investimento para assegurar a aplicação efetiva das leis. É imprescindível iniciar a plena capacitação dos funcionários encarregados da execução das políticas de infância e adolescência nos princípios do novo marco legislativo. Do mesmo modo, é necessário virar a página das reminiscências do antigo modelo em alguns países — internação infantil, por exemplo — para avançar na arrancada e no desenvolvimento dos mecanismos de

garantia dos direitos da infância previstos na letra da lei e aprofundar o processo de descentralização administrativa dos sistemas de proteção para o âmbito local, imprescindível para que a comunidade cumpra com o papel que as leis lhe atribuem, como centro de atenção e proteção da infância.

A América Latina experimentou um processo modelar de reforma legislativa para adaptar a Convenção sobre os Direitos da Criança, sem paralelo em outras regiões do planeta, e graças a isso hoje em dia menos crianças morrem prematuramente e mais delas têm a chance de viver em lares com acesso a serviços básicos, receber uma alimentação adequada ou ter acesso à educação básica. Esta vontade política não deve esmorecer, o esforço realizado deve adquirir sustentabilidade para atingir os índices de desenvolvimento humano que os nossos países merecem.

Ainda nos países que possuem Códigos Integrais de Proteção e naqueles com legislações especializadas persistem as violações aos direitos da infância. Essa realidade é agravada em grande medida por atitudes, condutas e práticas de base cultural que comprometem em algumas ocasiões o pleno desenvolvimento ou até a sobrevivência da infância e a adolescência.



Em alguns países e culturas da América Latina, práticas como o trabalho infantil ou o casamento precoce não são considerados como violações dos direitos da infância. Em outros, a educação não é valorizada como uma prioridade. Mais recentemente, surgiu uma tendência em algumas sociedades de estigmatizar os adolescentes como responsáveis por muitos problemas que os afetam.

Cabe às autoridades governamentais cumprir os compromissos assumidos com a infância e adolescência nos diferentes foros nacionais e internacionais e à sociedade civil participar ativamente no processo de mudanças já iniciado. Diante deste panorama, o papel dos meios de comunicação, exercendo trabalhos de informação, monitoramento ou de conscientização social, é determinante.

DATA DE RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA (CDC), LEIS DA INFÂNCIA E INSTITUTOS NACIONAIS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

PAÍSES	DATA DE RATIFICAÇÃO DA CDC	LEIS DA INFÂNCIA	INSTITUTOS NACIONAIS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Argentina	05 Dezembro 90	—	Conselho Nacional da Infância, Adolescência e Família
Bolívia	26 Junho 90	Código da Criança e Adolescente (1999)	Vice-ministério de Assuntos da Criança e Adolescente (dependente do Ministério de Assuntos Camponeses e Indígenas, Gênero e Gerações)
Brasil	25 Setembro 90	Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Chile	13 Agosto 90	Projeto de Lei de Responsabilização dos Adolescentes por Infrações à Lei Penal	Serviço Nacional de Menores (SENAME)
Colômbia	28 Janeiro 91	—	Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar (ICBF)
Costa Rica	21 Agosto 90	Código da Infância e Adolescência (1997) Lei de Justiça Penal Juvenil (1999) Lei Contra a Exploração Sexual das Pessoas Menores de Idade (1999) Lei de Paternidade Responsável (2001)	Patronato Nacional da Infância (PANI)
Cuba	21 Agosto 91	—	—
Equador	23 Março 90	Código da Infância e Adolescência (2002)	Conselho Nacional da Infância e Adolescência
El Salvador	10 Julho 90	Lei do Menor Infrator (1994) Código da Infância e Adolescência (em tramitação)	Instituto Salvadoreño de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes (ISNA)

PAÍSES	DATA DE RATIFICAÇÃO DA CDC	LEIS DA INFÂNCIA	INSTITUTOS NACIONAIS DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Guatemala	06 Junho 90	Lei de Proteção Integral da Infância e Adolescência (2003)	Secretaria de Bem-estar Social
Honduras	10 Agosto 90	Código da Infância e Adolescência (1996)	Instituto Hondurenho da Criança e da Família (IHNFA)
México	21 Setembro 90	Lei para a Proteção dos Direitos de Meninas, Meninos e Adolescentes (nível federal) (2000)	Conselho Nacional da Infância e Adolescência (COIA) Sistema Nacional de Desenvolvimento Integral e Família (DIF)
Nicarágua	05 Outubro 90	Código da Infância e Adolescência (1998)	Conselho Nacional de Atenção Integral à Infância e Adolescência (CONAPINA)
Panamá	12 Dezembro 90	Lei de Responsabilidade de Adolescentes (1999) Código da Infância e Adolescência (em tramitação)	Ministério da Juventude, da Mulher, Infância e Família
Paraguai	25 Setembro 90	Código da Infância e Adolescência (2001)	Secretaria Nacional da Infância e Adolescência (SNIA)
Peru	05 Setembro 90	Código das Crianças e Adolescentes (1993), modificado em 2000	Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social (MIMDES), Instituto Nacional de Bem-estar Familiar (INABIF)
República Dominicana	11 Junho 91	Código para a Proteção de Meninos, Meninas e Adolescentes (2003)	Conselho Nacional para a Infância (CONANI)
Uruguai	20 Novembro 90	—	Instituto Nacional do Menor (INAME)
Venezuela	14 Setembro 90	Lei Orgânica para a Proteção da Criança e do Adolescente (1998)	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CNDA)

JORNALISMO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A comunicação é um direito. A cidadania pressupõe o direito à informação como pressupõe o direito à saúde, à educação, à segurança. Essa perspectiva da comunicação como peça-chave do exercício democrático redefine o papel dos diversos atores sociais envolvidos no debate público. No caso do comunicador, o dia-a-dia de sua profissão passa a incluir a responsabilidade social de fazer sua parte para garantir o acesso a esse direito básico.

O jornalismo afeta a vida pública e pode ser decisivo na mobilização social necessária para promover as mudanças inadiáveis e urgentes na situação da infância e adolescência de países ibero-americanos. A maneira como a informação é tratada pelos profissionais que atuam em meios de comunicação pode ajudar a fortalecer uma comunidade, a enriquecer o debate público em torno das questões determinantes para garantir as chances de desenvolvimento a cada cidadão. Esse tratamento da notícia, no entanto, quando incompleto ou mesmo incorreto, deixa lacunas informativas graves, que prejudicam o direito de cada criança, adolescente, homem e mulher de participar das decisões que afetam suas vidas.

Os Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e Adolescência foram criados a partir do reconhecimento do papel decisivo desempenhado pelos comunicado-

res no jogo democrático. A memória dos prêmios e o estudo do conteúdo das peças inscritas em sua segunda edição, contidos nesta publicação, têm o objetivo de oferecer um instrumento inédito de auto-reflexão e análise para os comunicadores da região.

Este livro reúne diversos exemplos promissores do quanto a atuação social da mídia deverá continuar crescendo, embora tenha que enfrentar grandes obstáculos. Em muitos sentidos, os desafios do exercício de jornalismo público remetem apenas aos preceitos básicos do jornalismo de qualidade. A diversidade de fontes é um exemplo crítico.

Inserida na experiência democrática, a comunicação em torno da infância e adolescência deve ouvir todas as instâncias envolvidas no sistema de garantia de direitos. Começando pela criança e o adolescente, legitimamente reconhecidos como protagonistas de sua própria história, a família e a comunidade. A partir desse contato, investigar as condições de vida oferecidas por toda a sociedade a suas meninas e meninos significa investigar todas as instituições responsáveis pela esfera pública. Embora nada disso seja novo aos códigos de conduta profissional de jornalistas da região, a análise das matérias inscritas na II edição dos prêmios mostra, por exemplo, que a família ainda é muito pouco ouvida e que o papel do Poder Executivo é hiperdimensionado, enquanto o Legislativo e o Judiciário respondem pouco, na mídia, por sua atuação diante dos desafios nacionais.

Assim como o jornalista é responsável por disseminar informações às quais todos têm direito ao acesso, as fontes dessas informações também têm a obrigação institucional de fazê-lo. O juiz, o legislador e o gerenciador lidam com um bem público que não é de sua propriedade: a informação. Sob essa ótica, nem o jornalista nem a fonte são protagonistas da história. A sociedade protagoniza cada um dos temas abordados em matérias de jornais, revistas, tevês e rádios e sites diariamente.

Assim, cada cidadão escreve sua parte e o acesso à informação é fundamental para que o direito de escrever seu próprio caminho se realize.

O jornalismo social depende da interatividade com os leitores. Depende da disposição do jornalista para transformar sua comunidade, sua cidade, seu país, num campo de investigação. Vai frontalmente contra o exercício jornalístico que não sai das redações ou que se restringe a gabinetes e discursos oficiais. Também vai contra a descontextualização dos fatos, que os isola e retrata como acontecimentos sem relação com a realidade na qual se inserem. E pressupõe que a notícia será utilizada pelo público, que poderá se apropriar da informação para decidir e agir. Ou seja, busca apresentar os fatos contextualizando sua repercussão na vida de cada cidadão.

Esse tratamento responsável e ético da informação resulta em credibilidade junto a leitores, ouvintes e telespectadores, fortalecendo as empresas de comunicação. A responsabilidade social das empresas, em todos os ramos de atuação, se expressa aqui como papel decisivo sobre o tratamento da notícia. O tempo que um jornalista poderá dedicar a determinado assunto é uma definição gerencial do meio de comunicação para o qual trabalha. Priorizar temas relacionados a políticas públicas e à infância e ado-

lescência passa, também, por uma decisão empresarial. Nesse sentido, os Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pela Infância e Adolescência são um reconhecimento às empresas que apostam no papel social da informação.

Faltam, no entanto, instrumentos para auxiliar comunicadores na busca de novos caminhos para exercer sua função pública. O presente livro é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Agência EFE, da Fundação Telefônica e da Fundação Santillana, para fortalecer a abrangência dos prêmios, oferecendo aos profissionais da comunicação um retrato analítico dos trabalhos apresentados. O conjunto de inscrições da segunda convocatória aponta ricos caminhos que já estão sendo explorados com grande qualidade técnica e ética na região. Sua análise também revela importantes desafios, que precisam ser superados por jornalistas e fontes para diminuir mais rapidamente as lacunas informativas que prejudicam a vivência da cidadania em nossos países.

Para realizar essa análise, foi empregada a metodologia desenvolvida por uma organização não-governamental criada por jornalistas brasileiros para atuar junto aos profissionais de comunicação. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) realiza há onze anos análises qualitativas e quantitativas sobre o tratamento editorial que a imprensa brasileira dá a temas envolvendo crianças e adolescentes. Seu modelo de pesquisa e análise foi adaptado pelos profissionais da ONG e especialistas na área de defesa de direitos para ser aplicado ao universo de reportagens inscritas na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e Adolescência.

MONITORAR E QUALIFICAR A MÍDIA PARA FORTALECER O SISTEMA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UMA ONG DE JORNALISTAS NO BRASIL

A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) recebeu um reconhecimento especial do júri internacional na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e Adolescência. A organização não-governamental brasileira foi criada por jornalistas em 1992 para fortalecer junto à mídia o tratamento oferecido aos direitos da criança, que haviam passado por uma verdadeira revolução legal com a entrada em vigor no País, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ANDI vê os meios de comunicação como ponto fundamental para promover o conhecimento e a informação sobre os direitos da criança e do adolescente e para tornar pública a demanda pelo cumprimento desses direitos. Alta prioridade é dada ao papel dos jornalistas, que têm a capacidade de disseminar a informação e influenciar a opinião pública e são vistos como cidadãos que necessitam de qualificação especial na área dos direitos da infância e adolescência.

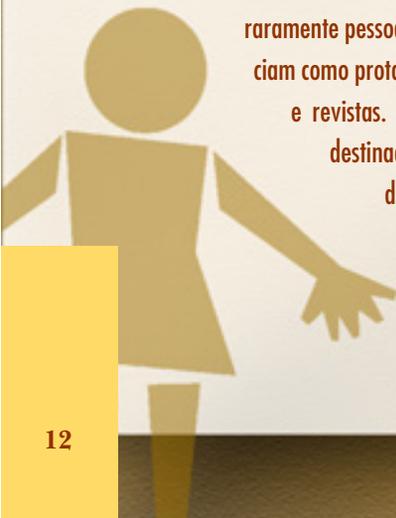
Quando iniciou-se o trabalho da organização, raramente pessoas com menos de 18 anos apareciam como protagonistas de matérias nos jornais e revistas. Além disso, pouco espaço era destinado às necessidades de políticas de atenção especial a essa faixa etária. O foco principal dos textos se concentrava nas infrações cometidas por meninos e meninas, uma vez

que os jornalistas que costumavam cobrir questões infanto-juvenis eram das seções de polícia e de colunas do crime.

As iniciativas da ANDI destinaram-se, desde então, a alterar esta realidade precedente. A missão era, por um lado, a de aumentar a o espaço editorial dedicado às temáticas prioritárias para o desenvolvimento das novas gerações. Por outro lado, buscava-se qualificar essa cobertura, de modo que os jornalistas e os meios pudessem perceber crianças e adolescentes de um ponto de vista dos direitos humanos, ao invés de utilizarem uma abordagem baseada em vulnerabilidades e em necessidades de tutela.

A partir de 1996, a Agência desenvolve uma metodologia específica para acompanhar, classificar e analisar a cobertura de questões relacionadas à infância e adolescência na mídia impressa. Naquele ano, foram avaliados 10.700 artigos, reportagens e editoriais publicados em cerca de 50 grandes jornais. A pauta Educação ocupava o 8º lugar no ranking de temas mais abordados. Em 2002, das mais de 92 mil matérias analisadas pela ANDI em 50 jornais brasileiros e 10 revistas de circulação nacional, cerca de 23 mil são sobre Educação, o tema mais focalizado pela mídia impressa em matérias sobre crianças e adolescentes.

Além do crescimento de 800% no número de matérias sobre crianças e adolescentes em sete anos, o impacto desse trabalho pode ser avaliado pelo fato de que temas como Educação, Saúde da Criança, Direitos e Justiça e Abuso Sexual, os



mais tratados pelos veículos, passaram a ser apresentados com maior qualidade de informação, maior diversidade de fontes e mais riqueza de detalhes.

Tal monitoramento continua sendo combinado e complementado com papel de assessoramento e capacitação dos profissionais dos veículos de comunicação exercido pela ANDI. A atenção contínua para a quantidade e a qualidade da notícia publicada conduziu ao desenvolvimento de grupos de estudo, de seminários e de publicações de análises de mídia, visando mobilizar e qualificar não só jornalistas, mas também fontes de informação em direitos humanos e na área da infância e adolescência.

MUITO ALÉM DO JORNALISMO

A promoção de uma abordagem jornalística baseada em direitos humanos tendo em vista a valorização do papel central da mídia demonstra resultados que vão além dos limites dos meios de comunicação e do jornalismo: o controle social dos direitos da criança. As iniciativas empreendidas pela ANDI fornecem componentes essenciais a um mecanismo eficaz desse monitoramento.

Ao adquirir a informação sobre direitos da criança e do adolescente, sobre as obrigações do Estado e ao ter acesso ao sistema de comunicação em geral, indivíduos e organizações reconhecem seus deveres para a efetiva implementação desses direitos e se sentem com autoridade e capacidade para agir em nome deles. A difusão da informação qualificada é extremamente relevante para que o cidadão pressione o governo a melhorar ou implementar políticas de enfrentamento das violações de direitos.

Todo esse processo resulta em fortalecimento

do acompanhamento de políticas públicas e leva muitos setores da sociedade a tomarem parte dele de maneira mais ativa e consciente. Além do comunicador, principal sujeito de monitoramento e acompanhamento do trabalho jornalístico realizado pela ANDI, outros atores sociais também foram analisados.

Os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente e outras instâncias de monitoramento social viram suas ações fortalecidas. Não somente compreenderam melhor a importância da informação publicada e se aproximaram dos jornalistas e dos meios, mas também a população tornou-se mais ciente das ações executadas por estes conselhos, se tornando mais disposta a contribuir com seu papel fundamental. ONGs e movimentos sociais relacionados à área também beneficiaram-se com as ações da ANDI: suas iniciativas e campanhas são cobertas de maneira mais eficaz pelos meios e claramente entendidas por jornalistas. A ANDI estimulou a imprensa a incluir também o setor privado ao debate, já que lhe cabe participação efetiva em projetar, financiar, executar e monitorar ações em benefício de crianças e adolescentes.

Por último, as ações da ANDI também ajudam a realçar a eficiência e a eficácia de iniciativas privadas e públicas para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Fornecer a informação oportuna e qualificada sobre projetos sociais é uma tarefa difícil em um país tão grande e desigual como o Brasil. E algumas iniciativas específicas da Agência, como o extenso banco de dados sobre projetos sociais e a edição de guias de fontes de informação, por exemplo, ajudam a impulsionar ainda mais o controle social em todo o País.



Os Prêmios Ibero-americanos reconhecem a importância da mídia para mudar a realidade de 114 milhões de crianças e adolescentes em situação de pobreza

MÍDIA E AGENDA SOCIAL: PREMIANDO A DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO IBERO-AMERICANOS

A proteção dos direitos de crianças e adolescentes é uma pauta jornalística de urgência inquestionável nos países ibero-americanos. A metade das crianças latino-americanas é pobre. São cerca de 114 milhões de meninos e meninas vivendo em condições de risco e pobreza, dos quais mais de 500 mil morrem todos os anos em função de enfermidades que poderiam ser evitadas com medidas simples.

Esse quadro só pode ser mudado com o engajamento de toda a sociedade. Para que as diversas instâncias sociais possam atuar nessa mudança é fundamental dispor do maior número possível de informações qualificadas sobre a situação da infância e da adolescência na região. O papel dos meios de comunicação é central nesse processo, tanto na denúncia e contextualização dos problemas, quanto na investigação de suas soluções. Isso porque, em meio à situação dramática enfrentada por tantas crianças e adolescentes, a região coleciona iniciativas de sucesso na criação e implementação de estratégias para mudar essa realidade,

por meio de ações que permanecem, muitas vezes, desconhecidas pelo grande público.

A mobilização social em torno da questão da infância e seus direitos é a única garantia de que essa realidade possa mudar. E as agendas política, social e econômica das nações são influenciadas diretamente pelo espaço e tratamento que a mídia dá a determinados temas. Os Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência foram criados a partir da certeza de que os meios de comunicação têm um papel central na definição, junto à opinião pública, das prioridades nacionais e regionais.

O objetivo é estimular a investigação da realidade que se impõe sobre crianças e adolescentes, reconhecendo o trabalho dos jornalistas, comunicadores sociais e meios de comunicação que dedicam atenção ao tema. Um estímulo à denúncia, à contextualização dos problemas regionais e suas variadas implicações e ao olhar atento às mudanças e conquistas que contribuem para reduzir as desigualdades sociais.

A primeira convocatória dos prêmios, em 1999, mobilizou a inscrição de 600 trabalhos de jornalistas da região, publicados entre 1º de janeiro de 1998 e 30 de junho de 1999. Dois anos mais tarde, 931 trabalhos, publicados entre 30 de junho de 1999 e 23 de setembro de 2001, foram inscritos na II edição (veja o quadro na página 17). Mas é no relato dos próprios jornalistas e no posicionamento dos veículos que se pode verificar com mais clareza o impacto dessa iniciativa, organizada pelo Escritório Regional do UNICEF para América Latina e o Caribe e pela Agência Internacional de Notícias EFE, com o apoio do Comitê Espanhol do UNICEF, da Fundação Santillana para a Ibero-América e com a colaboração da Fundação Telefônica.

A criação de um prêmio específico para o jornalismo que investiga o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes em países ibero-americanos motiva a reflexão da própria mídia sobre seu papel na evolução social, política e econômica necessária para a garantia de uma vida digna a todas as crianças e adolescentes da região.

MÍDIA EM DEBATE

No dia 21 de novembro de 2001, horas antes da festa de entrega dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência, em Quito, no Equador, o jornal Hoy levou às bancas daquele país reflexões sobre como qualificar o tratamento da questão da infância e aumentar seu espaço nos meios de comunicação. No artigo *La Niñez no es Parte de la Agenda de los Medios* (A infância não é parte da agenda dos meios), entraves ao desempenho da mídia são apontados a partir da entrevista de vários membros do júri técnico da premiação. Entre os problemas apresentados estão: a debilidade da formação oferecida pelos cursos de comunicação, o descuido das organizações não-governamentais com seu discurso e a falta de uma política de comunicação para incluir o debate social dentro dos meios.



Reportagens de qualidade dependem da dedicação dos profissionais que as produzem e da decisão dos meios de priorizar recursos e tempo de seus jornalistas para a investigação de determinados temas. Os prêmios sensibilizam as empresas para a importância da investigação jornalística sobre a situação da infância e da adolescência. Em 12 de novembro de 2001, o Canal 3 publicou anúncio no jornal Prensa Libre, da Guatemala, sobre sua premiação na categoria *Televisão* com a reportagem *Un Sucio Negocio: Adopciones Ilegales* (Adoções ilegais, um negócio sujo). Naquela peça publicitária, um compromisso empresarial é tornado público: “Radio Television Guatemala S.A. (Canal 3) e Telediario seguirão apoiando qualquer atividade informativa em prol da infância e da sociedade guatemalteca”.

No dia 23 de novembro, a Telepacífico anunciou no jornal El País, da Colômbia, que o programa *Pantalla Chica* (Telinha) era uma das principais opções do canal regional em sua programação infantil e que havia sido um dos finalistas dos prêmios.

São exemplos do orgulho de empresas diante do reconhecimento de que cumpriram — enquanto meios de comunicação — uma função social determinante para o presente e o futuro de seus países.

Vencedor do Grande Prêmio com a reportagem *Hambruna en Jocotán* (Fome em Jocotán), o jornal Siglo Veintiuno, da Guatemala, publicou o editorial *Al Mejor Periodismo* (Ao melhor jornalismo). O veículo dividiu com os leitores o desafio que surge a partir desse reconhecimento: “O troféu tem para nós um duplo significado: prêmio e compromisso com o melhor jornalismo”.

Mais clara é a repercussão dos prêmios junto aos profissionais da comunicação. Julio Paz, finalista com o programa de rádio *Verás que todo es mentira* (Verás que tudo é mentira), destacou em entrevista ao jornal Los Andes, da Argentina, que esse reconhecimento foi a coisa mais importante que aconteceu em sua vida profissional.

Depois de divulgados os nomes dos 51 finalistas, a publicação *Rumbo*, de Santo Domingo, homenageou a jornalista Tânia Polanco, que concorria aos prêmios com a reportagem *Condenados al Desamparo* (Condenados ao Desamparo). “O anúncio final terá lugar em 5 de novembro próximo. Até esse dia, permaneceremos com os dedos cruzados. Por Tânia, por seu esforço cotidiano e fundamentalmente pela infância e adolescência na República Dominicana”.

O reconhecimento da importância de estar entre os finalistas dos mais de 900 inscritos foi orgulhosamente grafado pelo jornal. Tânia não foi a vencedora na categoria *Imprensa*, mas, certamente, experimentou o estímulo e a mobilização pelo reconhecimento de seu trabalho.

HONRAS E VERGONHA

Em 6 de novembro de 2001 Eliane Catanhêde, diretora da sucursal de Brasília da Folha de S.Paulo, um dos mais importantes jornais brasileiros, publicou o artigo *Honras e Vergonha*, sobre sua experiência como membro do júri internacional que escolheu os vencedores da II edição dos prêmios. “Morri, ora de orgulho ora de vergonha, discutindo durante dois dias com quatro outros jurados da fase final do Prêmio Ibero-Americano de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência, aqui na Cidade do Panamá”, escreveu Catanhêde na página de opinião do jornal. “De orgulho, porque foi fantástico confirmar, ou descobrir, o nível técnico e jornalístico da imprensa, do rádio e da televisão nos países da América Latina, particularmente no Brasil. De vergonha, porque é chocante como ainda há miséria, violência, falta de respeito e de decisão política infernizando o presente e inviabilizando o futuro de nossas infelizes crianças”.

Foram vários os veículos de comunicação que abriram espaços para homenagear alguns de seus profissionais, reconhecidos na II edição dos prêmios. Em um dos depoimentos mais marcantes, a vencedora do Grande Prêmio, Julia Corado, lembrou que a denúncia nos meios de comunicação não é suficiente. Segundo Corado, é preciso uma campanha permanente desses meios para despertar a ação dos governos. Isso porque, caso a mídia não esteja constantemente atenta

às necessidades sociais de seu país, medidas emergenciais tomadas diante de uma denúncia podem perder força rapidamente. No caso específico da reportagem vencedora, a necessidade social é não permitir que parte de sua população morra de fome.

A ESTRUTURA DOS PRÊMIOS IBERO-AMERICANOS

■ **COMITÊ EXECUTIVO** — formado pelos organizadores, aprova o regulamento e a composição do júri técnico e do júri internacional e planeja as atividades de cada convocatória dos prêmios. Os membros do Comitê representam a diretoria do Escritório Regional do UNICEF para América Latina e Caribe, a presidência da Agência Internacional de Notícias EFE e o Comitê Espanhol do UNICEF, com o apoio da Fundação Santillana.

■ **COMITÊ TÉCNICO** — responsável pela pré-seleção dos participantes e escolha dos finalistas de cada edição dos prêmios. Reúne representantes do Comitê Executivo, dos oficiais de comunicação do UNICEF, da Agência EFE nos países ibero-americanos, da Fundação Santillana e da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

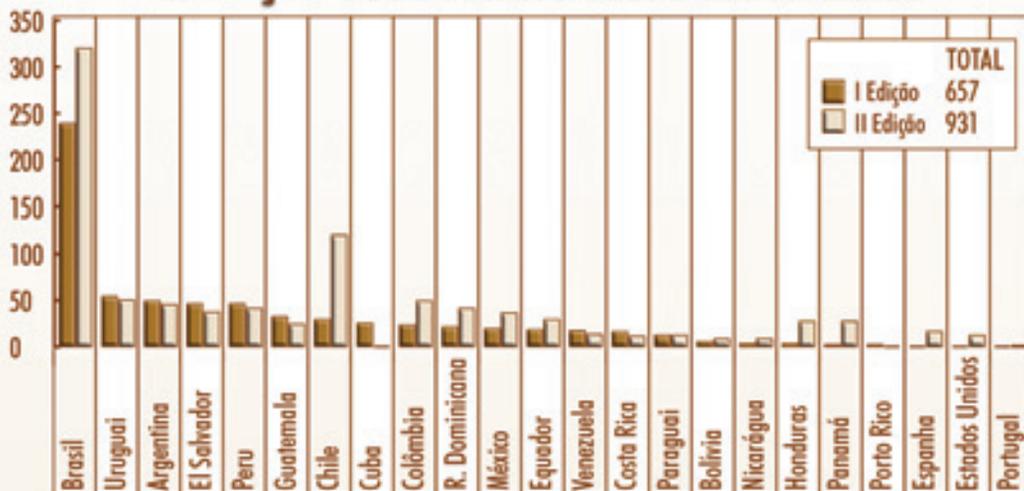
■ **JÚRI INTERNACIONAL** — composto por seis membros, escolhe os vencedores em cada categoria e o ganhador do Grande Prêmio Ibero-Americano de Comunicação pelos Direitos da Infância e Adolescência. O júri é presidido pelo presidente da Agência EFE de Notícias. O diretor regional do UNICEF para América Latina e Caribe é o secretário do júri, cuja composição conta com pelo menos mais três membros, escolhidos por seu prestígio profissional. As sessões deliberativas desses jurados têm o apoio de dois membros do Comitê Técnico.

CRITÉRIOS OBSERVADOS PELO CORPO TÉCNICO PARA A ESCOLHA DOS FINALISTAS EM TODAS AS CATEGORIAS

As 931 matérias inscritas na segunda edição dos prêmios foram analisadas por um pré-júri, que elegeu 51 finalistas como merecedores de reconhecimento público. Os jurados avaliaram:

- Nível ético e atenção à defesa dos direitos e interesses da infância em toda a região ibero-americana, ou em uma das sub-regiões ou países que a integram;
- Contextualização da informação, incluindo causas, antecedentes, estado atual da situação descrita e possíveis conseqüências, com prioridade aos trabalhos que oferecem uma visão integral da infância ibero-americana;
- Cuidado ao usar imagens, vozes e outros conteúdos que, utilizados incorretamente, podem afetar a integridades de meninos e meninas;
- Uso exaustivo das normas legais existentes para proteção à infância;
- Utilização de diferentes tipos de fontes para a elaboração da informação, contrastando distintas versões de um mesmo acontecimento. Foi valorizado o esforço para dar voz à comunidade em geral, ao âmbito acadêmico, ao setor econômico privado ou público, às diversas tendências políticas e, certamente, às meninas e meninos;
- Convocação da sociedade a empreender ações concretas, fortalecer sua responsabilidade e capacidade como protagonista da solução dos problemas que atingem todos os cidadãos e afetam a infância;
- Reforço de valores positivos, como solidariedade, respeito, paz, tolerância, mesmo quando se refira a uma ação negativa;
- Originalidade no estilo ou enfoque pessoal.

O crescimento das inscrições entre a I Edição e a II Edição dos Prêmios Ibero-Americanos



A PREMIAÇÃO

“Ao ler este trabalho se tem a impressão de assistir a uma obra de imaginação atroz: quisera esquecer, por exemplo, a imagem de Valentina, esqueleto envolto em pergaminho, que deixava cair a comida ao solo, sem força para sustentar o prato. Quisera não pensar, por exemplo, em Juanita, a menina de doze anos que perdeu o cabelo e não tinha lágrimas por causa da desidratação. Penso que, talvez, haveria que incluir entre os direitos elementares da criança, o direito de ter lágrimas. Mesmo que fossem apenas para chorar de fome.”

Jorge Enrique Adoum, poeta equatoriano, sobre a reportagem vencedora do Grande Prêmio Ibero-americano de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência: Hambrura en Jocotán (Fome em Jocotan)



A vencedora do Grande Prêmio Ibero-americano de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência foi Julia Corado (foto), da Guatemala. Em uma série de reportagens publicadas no *Diario Siglo Veintiuno*, a repórter expôs o problema da seca e da fome em algumas áreas do país. Segundo o jurado Miguel Gozalo, presidente da Agência EFE, *Hambrura en Jocotán* (Fome em Jocotán), além de descrever de forma emocionante o drama da fome extrema, investiga diferentes aspectos da situação, consultando várias fontes. O material fotográfico e o levantamento preciso de dados somam-se ao drama relatado *in loco*. A série, publicada entre os dias 30 de agosto e 5 de setembro de 2001, teve o grande mérito de precipitar o reconhecimento, por parte do governo da Guatemala, do problema da fome, mobilizando, inclusive, a comunidade internacional.

A tragédia de uma das personagens misturou-se à trajetória dessa investigação jornalística. Quando soube que a equipe de reportagem havia chegado ao hospital em Jocotán, a pequena Juanita Garcia, de doze anos, esforçou-se para levantar da cama e, carregando o soro que a nutria pelas veias do braço, foi ao encontro dos jornalistas contar o que estava lhe acontecendo. Depois do relato, no caminho de volta à cama, caiu no chão, fraca pela fome contínua. No dia seguinte, enquanto sua foto ficava conhecida em todo o país na reportagem publicada pelo *Diario Siglo Veintiuno*, Juanita morreu.

“Julia Corado insistiu na denúncia dos casos mais brutais até conseguir que o governo decretasse o estado de alerta e, logo, o de calamidade em todo o país, quando já havia várias vítimas da falta de planejamento e da indiferença”, disse o poeta equatoriano Jorge Enrique Adoum (foto), durante a entrega do Prêmio.



A entrega dos prêmios foi feita no centro histórico de Quito, no Equador, na noite da quarta-feira de 22 de novembro de 2001. O evento comemorou também o aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança.

A noite teve a participação de artistas conceituados na região, como o ator argentino Julián Weich, premiado por programas destinados ao público adolescente e à família e que colabora com iniciativas do UNICEF desde 1993. O evento também contou com a presença das sopranos Beatriz Parra e Beatriz Gil, do compositor Francisco (Pancho) Prado, do Coro del Liceo Internacional, da Orquestra de Instrumentos Andinos e da apresentadora equatoriana Milagros León.

Julia Corado recebeu US\$ 3 mil e a cópia da estátua *Cabeza de Niña en la Ternura* (Cabeça de Menina na Ternura), do mestre das artes plásticas equatorianas Oswaldo Guayasamín, que antes de sua morte doou a peça, uma de suas últimas



Quatro horas de festa tomaram conta do centro histórico de Quito, no Equador, na premiação dos vencedores da II Edição dos Prêmios Ibero-americanos

obras, aos Prêmios Ibero-americanos. Os vencedores nas demais categorias receberam a cópia da estatueta e US\$ 2 mil.

Na categoria *Trabalho Gráfico* venceu o colombiano William Fernando Martínez, com a fotografia *Trinchera Escolar* (Trincheira Escolar), publicada pelo jornal *El Tiempo* em 16 de agosto de 2001. A imagem retrata uma sala de aula abandonada, na qual figuram um homem armado e uma criança.

Uma equipe da Telediarario, da Guatemala, levou o prêmio na categoria *Televisão*, com a reportagem *Un Sucio Negocio: Adopciones Ilegales* (Um negócio sujo: adoções ilegais). O júri, representado pela jornalista brasileira Eliane Catanhêde, chamou a atenção para o fato de que a realidade denunciada pela matéria jornalística poderia ter sido registrada em qualquer país da região, destacando a importância de legislações mais fortes contra o problema.

Dar voz à comunidade foi o ponto forte do trabalho *Participação da Sociedade na Construção dos Direitos da Infância e da Adolescência*, da categoria *Rádio*, conduzido por Paula Coutinho da Silva na Rádio FM Cultura, de Porto Alegre, Brasil. O júri internacional destacou que a peça deu realmente o espaço para a manifestação dos integrantes da comunidade,

ao invés de utilizar slogans ideológicos para ressaltar a importância de seu papel, contribuindo assim para uma profunda reflexão sobre as eleições dos membros dos Conselhos Tutelares na cidade de Porto Alegre.

A relação entre meio ambiente e saúde ficou bem caracterizada no material vencedor da categoria *Imprensa*, conquistada por duas reportagens especiais – *Niñez Invisible* (Infância Invisível) e *Medio Ambiente y Salud* (Meio Ambiente e Saúde) – publicadas por Mirella Cáceres na Revista *Hablemos*, do jornal *Diario de Hoy*, na República de El Salvador.

Na categoria *Público Infantil e Adolescente*, o prêmio foi para o Canal Futura, da Globosat, no Brasil, pelo trabalho *Livros Animados*, de Cristina Carvalho de Mendonça, sobre obras infantis de autores brasileiros.

Além dos ganhadores, o alto nível de todos os 51 finalistas reforça a noção crescente entre as sociedades ibero-americanas da importância do trabalho pela infância, expressa nas palavras do ex-presidente da Colômbia, Belisario Betancur, que integrou o júri internacional dos prêmios: “Um povo que não se preocupa com a sorte das crianças é um povo que não se preocupa com seu próprio destino”.

O JÚRI DA II CONVOCATÓRIA DOS PRÊMIOS EM 2001



MIGUEL ÁNGEL GOZALO

Diretor da Agência EFE, presidente e membro permanente do júri internacional dos prêmios

Nomeado presidente e diretor-geral da Agência EFE em maio de 1996, foi colunista do jornal *Diário 16*, colaborador da cadeia de rádio *Onda Cero* e membro do Conselho Administrativo da Rádio Televisão Espanhola (RTVE). Preside a sessão espanhola do Instituto Internacional de Imprensa. Natural de Madri, Espanha, iniciou-se no jornalismo na revista *SP*, onde foi redator-chefe e diretor da edição ibero-americana da publicação (México, 1960-1965). Foi redator-chefe da agência de notícias *Europa Express* (1966); diretor do jornal *Informaciones de Madrid* (1976); subdiretor do jornal *Madrid* desde sua criação (1968) até o fechamento pelo regime franquista; correspondente do jornal *ABC* em Bonn (1972) e Paris (1973); diretor dos serviços informativos da *Cadena SER* e do programa *Hora 25* (1975); diretor de noticiários, programas culturais e debates na RTVE (1976); diretor da *Televisión Española* (1982).

PER ENGEBACK

Ex-Diretor regional do UNICEF para América Latina e Caribe, secretário e membro permanente do júri internacional dos prêmios

Assumiu a direção regional do UNICEF em março de 1999, no escritório do Fundo em Bogotá, Colômbia. Natural da Noruega, começou a carreira no UNICEF em 1975, como coordenador de serviços básicos para o Sudão. Em 1979 foi designado oficial de projeto em Jacarta, na Indonésia. Já ocupou o cargo de repre-



sentante do Fundo na Etiópia, na Organização da Unidade Africana e na Comissão Econômica para África. Sua biografia inclui, ainda, a coordenação do Projeto para Emergência, Fornecimento de Água e Saneamento na Somália (1981). Foi oficial superior de programa na sede do UNICEF em Nova York (1983); coordenador-chefe de programa na oficina para Centro-América, na Guatemala (1987-1991); representante do UNICEF na Guatemala (1991-1994), cobrindo Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Guatemala e Panamá; e chefe da seção das Américas na sede do UNICEF em Nova York (1994-1997).

BELISARIO BETANCUR CUARTAS

Presidente da Fundação Santillana e coordenador do júri internacional dos prêmios

Foi presidente da Colômbia entre 1982 e 1986, quando elaborou e implementou o Plano Nacional para a Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil, dando grande impulso ao programa de vacinação do país. Em 1984, negociou a trégua temporária com as FARC, o Exército Popular de Libertação (ELP) e o Movimento de Autodefesa Operário (ADO). Como presidente da Fundação Santillana, celebrou em 1997 um convênio com o UNICEF para a publicação de obras inéditas sobre política social na América Latina. Apóia várias atividades culturais realizadas pela Fundação, pelo Museu da Criança, pela Casa de Poesia Silva e pelo Museu de Arte Moderna de Bogotá. É membro do Comitê de Chefes de Estado Livremente Eleitos da Fundação Carter, grupo informal de 26 mandatários e ex-chefes de governo do Hemisfério Ocidental, para promover a democracia e a resolução pacífica dos conflitos existentes na região.





ELIANE CATANHÊDE

Escritora e jornalista brasileira, diretora da Sucursal de Brasília da Folha de S. Paulo e membro do júri internacional da II convocatória dos prêmios

Desde 1997 é colunista do jornal Folha de S. Paulo e dirige a sucursal do jornal, um dos mais influentes do Brasil, na capital do país, Brasília. Começou a carreira como repórter do Jornal do Brasil (1972), trabalhando depois na revista semanal Veja. De volta ao Jornal do Brasil, foi redatora-chefe da sucursal de Brasília. Trabalhou como colunista de política do jornal O Estado de S. Paulo e dirigiu as redações das sucursais de O Globo e Gazeta Mercantil de Brasília. Em 1997 ganhou da ANDI o título de “Jornalista Amiga da Criança” e integrou o corpo de jurados do Prêmio Esso de Jornalismo. Fez reportagens em Cuba, Estados Unidos, Portugal, França, Bélgica, Holanda, Paraguai e Venezuela. Autora do livro “O PFL” (Publifolha, 2001), colaborou com as seguintes publicações: “Jornalismo em Brasília” (Editora UnB); “Quem está escrevendo o Futuro” (Letraviva, 2000) e “Cristovam Buarque” (Renavan, 1996).

JORGE SALVADOR DE SANDE E CASTRO WEMANS

Diretor da Agência LUSA, membro do júri internacional da II convocatória dos prêmios

Dirige a Agência Lusa de Notícias desde o ano de 1998. Especialista principalmente em jornalismo econômico, construiu sua carreira escrevendo, ao longo dos anos, para diversos meios de comunicação portugueses. Foi o ombudsman (ou, o defensor dos leitores) do jornal lusitano Público entre 1997 e 1998, tendo ocupado, anteriormente, o cargo de



diretor-adjunto na mesma publicação. Leciona no curso de Comunicação Social e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa desde 1996. Também preside a Associação Nacional de Direito ao Crédito daquele país. É co-autor do livro “Igreja e Democracia”. Entre suas publicações, cabe citar o livro “O público em Público”. É dele também a coordenação de toda a edição do livro de estilo de redação do jornal Público.

JORGE ENRIQUE ADOUM

Poeta equatoriano, membro da Comissão de Notáveis pela Infância e do júri internacional da II convocatória dos prêmios

Um dos mais prestigiados escritores equatorianos, é conhecido tanto por sua obra literária quanto por seu compromisso político em defesa das liberdades democráticas. É autor de mais de trinta livros de poesia, crítica, narrativa e teatro, além de centenas de artigos e ensaios. Ao longo da carreira recebeu o Prêmio Nacional de Poesia (Equador, 1952), o Prêmio de Poesia da Casa das Américas (Cuba, 1960), o Prêmio Xavier Villaurrutia (México, 1976) e o Prêmio Nacional de Cultura Eugenio Espejo (Equador, 1989).

Estudou no Chile, onde foi secretário pessoal de Pablo Neruda. No Equador, foi professor de literatura e diretor de edições da Casa da Cultura Equatoriana e diretor nacional de cultura do Ministério da Educação. Entre 1969 e 1986, foi funcionário das Nações Unidas em Genebra e da UNESCO em Paris. Integra a Comissão de Notáveis pela Infância e Adolescência do UNICEF, composta por 23 escritores e personalidades ibero-americanas.





Cada um dos vencedores dos prêmios levou para casa uma cópia da estátua doada pelo mestre das artes plásticas equatorianas Oswaldo Guayasamín

VENCEDORES DA II EDIÇÃO DOS PRÊMIOS IBERO-AMERICANOS DE COMUNICAÇÃO PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

VENCEDOR DO GRANDE PRÊMIO

HAMBRUNA EN JOCOTÁN (FOME EM JOCOTÁN)

País: Guatemala

Gênero: Reportagem

Autora: Julia Corado

Meio: jornal Siglo Veintiuno

Data: agosto a setembro/2001

■ Série de reportagens publicadas no jornal Siglo Veintiuno. Destacou os graves efeitos da fome e da seca que assolaram algumas regiões do país. O trabalho está ilustrado com fotografias de impacto e tem como foco de atenção a situação da infância. Além de traçar um perfil da fome, pesquisa diversos ângulos da situação, consulta várias fontes, fornece informação sobre as mortes até definir a magnitude do drama. Após sua publicação, o governo da Guatemala reconheceu que havia fome no país e a comunidade internacional reagiu.

VENCEDOR DA CATEGORIA IMPRENSA

NIÑEZ INVISIBLE (INFÂNCIA INVISÍVEL)

MEDIO AMBIENTE Y SALUD (MEIO AMBIENTE E SAÚDE)

País: El Salvador

Gênero: Reportagens

Autor: Mirella Cáceres

Meio: jornal El Diario de Hoy, Revista Hablemos

Data: agosto/2001

MEIO AMBIENTE E SAÚDE

■ Trata do impacto da poluição em meninos e meninas, principalmente em zonas rurais, e o custo econômico que ela supõe. São fornecidos dados sobre mortalidade infantil causada por poluição do meio ambiente. Investiga também a intoxicação causada por fumaça poluente na cidade e como ela afeta a vida das crianças.

INFÂNCIA INVISÍVEL

■ Reportagem bastante completa e bem organizada, com um esforço de trabalho de campo em lugares distantes. Realizado pela mesma equipe anterior aborda um assunto pouco comum nos meios de comunicação: o da infância indígena em um país em que as autoridades e a opinião pública não a consideram.

VENCEDOR DA CATEGORIA GRÁFICOS

TRINCHERA ESCOLAR (TRINCHEIRA ESCOLAR)

País: Colômbia

Gênero: Fotografia

Autor: William Fernando Martínez

Meio: jornal El Tiempo

Data: 16/agosto/2001

■ Fotografia de extraordinário valor visual e composição que desenha com precisão os efeitos da violência na zona de combate sobre a educação das crianças.

VENCEDOR DA CATEGORIA TELEVISÃO

UN SUCIO NEGOCIO: ADOPCIONES ILEGALES (UM NEGÓCIO SUJO: ADOÇÕES ILEGAIS)

País: Guatemala

Gênero: Reportagem

Autor: Equipe do noticiário "Telediario"

Meio: Telediario

Data: 5-7/dezembro/2000

■ Trata do tema das adoções ilegais e do roubo de crianças, com um amplo trabalho de campo. Expõe casos muito duros,

focalizando principalmente as ocorrências em comunidades indígenas.

VENCEDOR DA CATEGORIA PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

LIVROS ANIMADOS

País: Brasil

Gênero: Programa de Televisão

Autor: Cristina Carvalho de Mendoza

Meio: Canal Futura, Globosat

Data: abril/2001

■ Três programas para meninos e meninas sobre livros infantis de autores brasileiros. Os programas estão divididos em três partes: dramatização, animação e entrevistas aos autores dos livros por parte das crianças. O Canal Futura é privado, transmitido a cabo, e se dedica 24 horas por dia à educação.

VENCEDORA DA CATEGORIA RÁDIO

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

País: Brasil

Gênero: Reportagem

Autor: Paula Coutinho da Silva

Meio: Rádio FM Cultura 107,7 de Porto Alegre, Programa Cultura na Mesa

Data: 27-28/agosto/2001

■ Pela primeira vez se aborda o problema das crianças e a eleição dos Conselhos Tutelares a partir da perspectiva dos poderes públicos e do compromisso do município. Participam ativamente representantes sociais da municipalidade de Porto Alegre.

PRÊMIO ESPECIAL DO JÚRI

■ A organização não-governamental brasileira Agência de Notícias dos Direitos da Infância ganhou o prêmio especial do júri. Na foto, seu diretor na época, o jornalista Geraldinho Vieira.



CABEÇA DE MENINA NA TERNURA



O equatoriano Osvaldo Guayasamin faz parte de um conjunto de artistas comprometidos com a causa da justiça social, como os mexicanos Manuel Orozco e Diego Rivera e o brasileiro Cândido Portinari. O poeta chileno Pablo Neruda dizia que “poucos pintores da nossa América são tão poderosos como esse equatoriano intransferível: tem o toque da força; é um anfitrião de raízes; conclama à tempestade, à violência e à inexactidão. E tudo isso, à vista e paciência dos nossos olhos, transforma-se em luz.”

O artista equatoriano é o autor da estátua Cabeça de Menina na Ternura, doada aos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência, cuja réplica é entregue a cada um dos vencedores dos prêmios.

Guayasamin, em seus quase 80 anos de vida, produziu mais de seis mil obras, entre pinturas, aquarelas, gravuras, esculturas, litografias, desenhos, murais e retratos de personalidades que admirava. Trabalhava ouvindo a música de Bach e Schumann. Ali demorava apenas 30 minutos para pintar um retrato. Em apenas dois dias terminava um quadro.

Amigo de políticos e escritores do mundo, desde Fidel Castro, Salvador Allende e o Rei Juan Carlos da Espanha, até Pablo Neruda e Gabriel Garcia Marquez, Guayasamin se tornou conhecido em 1956 quando obteve o grande prêmio da III Bienal Hispano-americana de Barcelona e, no ano seguinte, uma distinção da Bienal de São Paulo. Mas foi a origem de Guayasamin (cujo sobrenome significa “ave branca voando”) o que motivou a sua adesão aos movimentos indígenas que surgiram nos anos 30 na América Latina e marcou sua obra com denúncias sociais e políticas.

Apesar desse compromisso social, Osvaldo Guayasamin nunca se filiou a partidos ou grupos políticos, mas pouco antes da sua morte, em 1999, apoiou a causa da infância do UNICEF e virou embaixador, cargo de honra que o levou a vários países.



ESTATÍSTICAS DA II EDIÇÃO

A percepção crescente entre comunicadores sobre a importância das questões relacionadas à defesa dos direitos de crianças e adolescentes pode ser observada no aumento, entre 1999 e 2001, do número de inscrições nos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência. Na I edição dos prêmios foram apresentados 657 trabalhos nas diversas categorias. Na II edição, realizada dois anos mais tarde, o número de inscrições subiu para 931. Um aumento de mais de 40%.

O país que mais se destacou foi o Brasil, que responde por 36% das inscrições em 1999 e 34% em 2001. A proporção de finalistas desse país em relação aos demais é semelhante nas duas edições do prêmio – 32% e 33%, respectivamente. A única categoria na qual os brasileiros não são maioria é a de *Rádio*, com destaque para a participação do Uruguai, país com o maior número de inscrições.

Representados em trabalhos inscritos em 1999, Cuba e Porto Rico não participaram da II edição dos prêmios. Mas nela estrearam três países – Espanha, Estados Unidos e

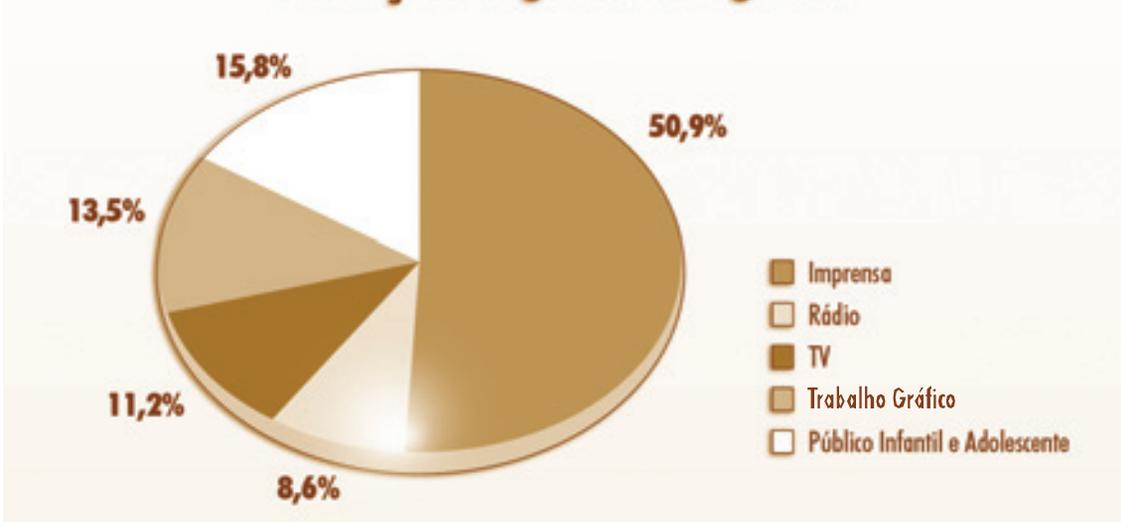
Portugal – que não concorreram na I edição.

Meios de comunicação, jornalistas e comunicadores sociais do Chile merecem uma menção especial, por haverem quadruplicado sua participação entre uma convocatória e outra. Na II edição, se observa uma forte concentração dos trabalhos em cinco países: Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e Colômbia representam 65% do conjunto de inscrições.

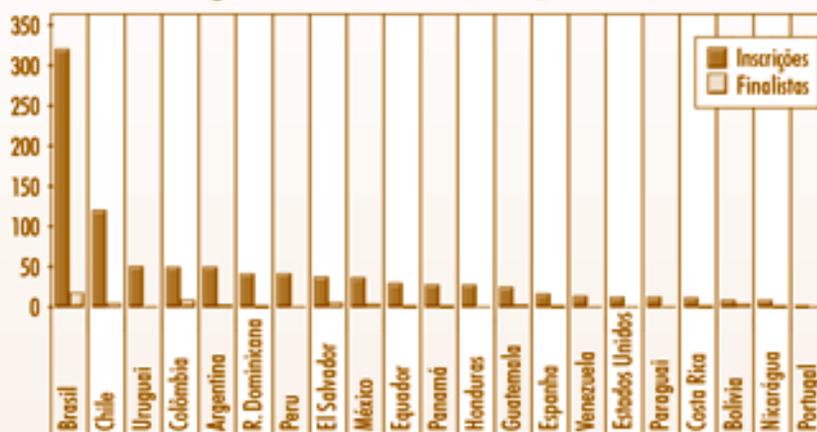
Mais da metade das inscrições foram trabalhos publicados em jornais e revistas. As publicações e programas para o *Público Infantil e Adolescente* respondem por 15,8% do total, comparadas a 13,5% de *Trabalho Gráfico*, a 11,2% de *Televisão* e a 8,6% de *Rádio*.

Quase todos os países tiveram uma participação proporcional nas diferentes categorias. A exceção foi o grupo de publicações e programas dirigidos ao público infanto-juvenil, que só recebeu trabalhos de 11 dos 22 países participantes, sendo 80% deles provenientes do Brasil e do Chile. Na categoria *Trabalho Gráfico*, 34% das inscrições foram do Brasil, 16% de El Salvador e 9,7% da Colômbia.

Inscrições segundo categorias



Inscrições e finalistas, segundo países



INSCRIÇÕES E FINALISTAS, SEGUNDO PAÍSES E CATEGORIAS

	I.F.	I.T.	G.F.	G.T.	P.I.F.	P.I.T.	TV F.	TV T.	R.F.	R.T.	T.F.	T.I.
Argentina	1	36		1		1		2	1	9	2	49
Bolívia		4		0	1	1	1	1	1	2	3	8
Brasil	3	155	4	41	3	75	4	33	3	16	17	320
Chile		111		2	2	3	2	3		1	4	120
Colômbia	1	11	3	12	2	4	1	18	1	4	8	49
Costa Rica	1	8		0		0		3		0	1	11
R. Dominicana	1	29		9		0		2		1	1	41
Equador		12		0		4	1	3		10	1	29
El Salvador	1	13	2	19	2	2		0		3	5	37
Espanha	1	10		1		0		4		1	1	16
Estados Unidos		5		7		0		0		0		12
Guatemala	1	13		10		0	1	1		0	2	24
Honduras		21		1		1		2		2		27
México		10	1	7		5	1	8	1	6	3	36
Nicarágua		4		1		0	1	2		1	1	8
Panamá		16		3		0	1	7		1	1	27
Paraguai		8	1	3		0		1		0	1	12
Peru		39		2		0		0		0		41
Portugal		0		0		0		1		0		1
Uruguai		12		4		0		14		20		50
Venezuela		6		0		2		3		2		13
TOTAL	10	523	11	123	10	98	13	108	7	79	51	931

■ I.F. – Imprensa Finalistas ■ I.T. – Imprensa Total

■ P.I.F. – Público Infantil e Adolescente Finalistas ■ P.I.T. – Público Infantil e Adolescente Total

■ R.F. – Rádio Finalistas ■ R.T. – Rádio Total

■ G.F. – Trabalho Gráfico Finalistas ■ G.T. – Trabalho Gráfico Total

■ TV F. – TV Finalistas ■ TV T. – TV Total

■ T.F. – Total de Finalistas ■ T.I. – Total de Inscrições

A MÍDIA ESTÁ ALERTA

As próximas páginas apresentam uma radiografia da cobertura que a mídia ibero-americana tem oferecido às principais questões relativas a meninas, meninos e adolescentes da região. As conclusões desta análise não deixam dúvidas sobre o quanto é promissora a participação dos comunicadores e dos meios de comunicação na construção de uma cultura de direitos que ajude a transformar a realidade de nossos países em direção a um presente e um futuro mais repletos de possibilidades para as novas gerações.

A notícia deve ser comemorada. Afinal, parece evidente que sem essa contribuição efetiva dos meios de comunicação de massa, mobilizando amplamente a sociedade e qualificando o debate público, será impossível implementar mudanças tão urgentes quanto as apontadas pelas Nações Unidas em maio de 2002, no relatório *Nós, as Crianças: Cumprindo as Promessas da Cúpula Mundial da Infância*,

que compilou dados sócio-econômicos de 150 países. Após constatar que a perpetuação do ciclo da pobreza está diretamente relacionada ao subinvestimento nas camadas mais jovens da população, outro documento das Nações Unidas, *Um Mundo para as Crianças*, recomenda aos governos que priorizem a educação, a saúde e a proteção das crianças como forma mais eficaz de romper este ciclo, reduzindo desigualdades e promovendo justiça social.

O presente estudo sobre a mídia na região tem caráter inédito. Trata-se de um olhar aplicado, na verdade, apenas a uma parte do que há de melhor nos meios de comunicação desses países, considerando-se que foram matérias escolhidas por comunicadores para concorrer ao título de trabalho mais relevante sobre essas faixas etárias produzido entre 1999 e 2000. De qualquer forma, seus resultados — que diagnosticam as principais qualidades jornalísticas e as lacunas informativas e conceituais mais comuns na abordagem — são extremamente significativos.

Acreditamos que possam servir de importante subsídio para as reflexões de todos aqueles — comunicadores ou atores sociais — comprometidos com a construção de uma mídia socialmente responsável.

TEMÁTICAS DE DESTAQUE

Uma visão geral deste estudo permite constatar que a mídia ibero-americana está alerta aos desafios que a região enfrenta hoje para garantir a crianças e adolescentes as chances de atingir seu pleno desenvolvimento humano. Embora as matérias inscritas na II edição dos prêmios não consigam cobrir de forma detalhada e homogênea esse complexo conjunto de problemas, por certo avançam firmemente na discussão de algumas das prioridades.

Nas categorias *Rádio*, *Televisão* e *Trabalho Gráfico*, o tema mais freqüentemente abordado é **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes** (veja Metodologia na página 71), recorte que inclui o material voltado para a investigação jornalística sobre a garantia dos direitos básicos da infância e adolescência, como determinado em convenções internacionais e leis nacionais. Esse tema responde por 29% das inserções na categoria *Trabalho Gráfico*, 21% na categoria *Rádio* e mais de 18% na categoria *Televisão*.



Como segundo tema mais focalizado nessas três categorias surge **Exploração do Trabalho Infantil**, correspondendo a 12,1%, 14,6% e 9,8% do material analisado nas categorias *Trabalho Gráfico, Rádio e Televisão*, respectivamente. Na categoria *Imprensa*, são **Violência** (28%) e **Educação** (20,6%) que garantem maior espaço editorial.

Comportamento (área que envolve a discussão de tendências e atitudes típicas dessa faixa etária, incluindo questões como arte, moda, relações familiares, amizades e namoros) responde por 22% dos temas abordados nas peças dirigidas ao *Público Adolescente*. Esse tema é seguido por **Promoção e/ou Descumprimento de Direitos da Infância e Ado-**

lescência e Terceiro Setor, ambos com índices de 16%.

Nas peças dirigidas ao *Público Infantil* inscritas na II edição dos prêmios, a questão dos **Direitos** é o tema mais abordado, aparecendo como foco central de 21% das reportagens. Em seguida aparecem **Educação** (17%) e **Cultura** (11%).

MÉRITOS DA COBERTURA

Além da correta atenção oferecida a esses importantes temas, demandam destaque outros avanços explicitados pela análise dos 931 trabalhos. Um deles é que ao merecido peso dado às denúncias devastadoras sobre condições inaceitáveis a que são submetidas crianças e adolescentes

contrapõe-se parte significativa da cobertura, que insistentemente centra foco na avaliação das possíveis soluções para as questões discutidas. Nesse contexto, impõem-se também ótimos exemplos de investigação sobre a implementação de políticas públicas, em que não apenas se comparam as ações de execução com o que prevêem as legislações nacionais, mas também se cobram das autoridades responsáveis eventuais omissões diante das situações descritas.

Um outro ponto positivo é o evidente talento dos comunicadores no tratamento da informação especializada, dirigida às populações mais jovens. Temas complexos, como a **Promoção e/ou Descumprimento de Direitos** e a **Inclusão das Pessoas com Deficiência**, são abordados de forma lúdica e consistente em programas para crianças.

Uma linguagem clara e atraente é empregada para discutir **Sexualidade e Saúde Reprodutiva**, disseminando informações cruciais sobre o tema, em produtos voltados para adolescentes. Finalmente, é importante realçar a sensibilidade dos profissionais que lidam com a imagem: os registros fotográficos inscritos sintetizam, de forma por vezes chocante — embora procurando respeitar os direitos dos personagens retratados — as grandes questões relacionadas à infância e à adolescência da região.

LACUNAS INFORMATIVAS

Entre as limitações detectadas pela análise do material inscrito na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência, destaca-se inicialmente uma questão bastante inquietadora: falta auto-reflexão. A metodologia de pesquisa diagnosticou que a mídia da região dedica pou-

co espaço para discutir seu próprio papel tanto no processo de formação de crianças e adolescentes quanto nos rumos do debate público sobre os direitos dessas populações.

Há também equívocos quanto à pauta: algumas questões cruciais para as políticas de proteção à infância merecem muito mais atenção do que vêm recebendo dos comunicadores da região. Entre elas está o **Desenvolvimento Infantil**, que trata das condições e oportunidades oferecidas às crianças durante os seis primeiros anos de vida. Uma falha comum às políticas públicas é considerar a criança apenas a partir dos sete anos de idade, quando normalmente ela ingressa no sistema educacional formal. Essa falha parece se reproduzir nos meios de comunicação. A faixa etária de zero a seis é a menos abordada, por exemplo, nas inscrições de *Rádio, Televisão e Imprensa*. Ela responde por 18% do material pesquisado, comparados com 37% de citações a crianças dos sete aos 11 anos e com 38% de citações a adolescentes.

É importante saber que os primeiros anos de vida são decisivos para que o indivíduo desenvolva habilidades lógicas, comunicativas e motoras, além de terem um forte impacto sobre a vivência emocional e os padrões de convívio social. O investimento no desenvolvimento infantil garante, inclusive, retornos econômicos. Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 1998, demonstra que para cada US\$ 1,00 investido no desenvolvimento de crianças de zero a seis anos são economizados US\$ 7,00 em gastos com saúde, distorção idade-série, desemprego e ações de inclusão social.

ETNIA OU ORIGEM ÉTNICA

Entre os aspectos que poderiam ser observados na cobertura de diversos temas relacionados à infância e adolescência, mas que terminaram quase ignorados pela maior parte das peças inscritas, destacam-se as questões de **Etnia ou Origem Étnica**. Entre os trabalhos das categorias de *Rádio, Televisão e Imprensa*, 84% não mencionam a etnia da população retratada. Pior: apenas 4% dessas inscrições analisam o tema que está sendo apresentado diretamente sob a ótica da questão étnica.



Esses dados contrastam radicalmente com uma breve leitura das estatísticas sobre etnia nos países da América Latina e Caribe.

Estima-se que a população indígena dessa região seja de aproximadamente 10% do total de habitantes, espalhada de forma muito diferenciada entre os diversos países. Os afro-descendentes também se distribuem de maneira pouco homogênea.

Representam mais de 80% da população da República Dominicana, mais de 60% dos cubanos e mais de 45% dos brasileiros. Outros países com forte composição de descendentes de africanos são a Colômbia, o Panamá, a Venezuela e a Nicarágua.

Além disso, os números da região são conclusivos: indígenas, negros e seus descendentes têm menos acesso a direitos básicos, como condições adequadas de saúde, educação e lazer, necessários para garantir suas chances de desenvolvimento. Colecionam estatísticas piores que as de populações brancas e mestiças quando se avaliam índices como o de mortalidade infantil, abandono escolar e remuneração.

Em diversos países começam a ser aplicadas políticas compensatórias, como forma de garantir o acesso cada vez maior dessa população ao ensino universitário, a créditos, bolsas e financiamentos, por exemplo. Essas políticas, bem como as diferentes condições experimentadas por crianças e adolescentes negras, indígenas, pardas, mestiças e brancas, devem ser amplamente debatidas e conhecidas pela opinião pública.

UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Outro ponto crítico do universo jornalístico analisado se refere ao fato de somente 7% das peças incluírem de forma nítida uma perspectiva de **Gênero**. As distorções de **Gênero** presentes na questão da infância e da adolescência devem ser abordadas pela mídia, pela sociedade e pelos governos para que se criem e executem políticas realmente eficientes.

Nessa perspectiva, focalizar as condições oferecidas à infância e à adolescência significa investigar os papéis que a sociedade determina a mulheres e homens. O contexto de gênero envolve necessariamente temas universais, como **Educação, Saúde, Trabalho e Violência**.

Um bom exemplo são as questões trabalhistas, como a dupla jornada feminina, com a mulher desempenhando múltiplas tarefas em casa e no mercado de trabalho, quase sempre com remuneração inferior a dos homens.

Outros aspectos relevantes são a **Violência Doméstica** contra as mulheres e as crianças, e o **Trabalho Infantil Doméstico**. Um terceiro assunto de grande gravidade é a **Mortalidade Materna**: segundo o UNICEF, em todo o mundo, 1.400 adolescentes e mulheres morrem todos os dias de causas relacionadas ao parto. E 99% dessas mortes ocorrem em países em desenvolvimento.

Além das diversas problemáticas de **Gênero**, o conjunto de matérias analisadas de *Rádio, Televisão e Imprensa* mostra que a mídia dedica espaço diferente aos dois sexos. Em 55% do material em que aparecem explicitamente meninos ou meninas ambos os sexos são abordados. Mas 26% dessas matérias retratam apenas garotos, comparados com 19% que retratam apenas garotas. O dado é uma rica fonte de reflexão para comunicadores. A diferença dessas cifras pode indicar que os profissionais dão menos atenção às meninas durante a investigação jornalística — o que, nesse caso, seria um grave viés a ser corrigido.

Uma outra possibilidade é que os meninos estejam mais expostos aos problemas da infância e adolescência abordados pela mídia, por isso aparecem mais nas matérias sobre esses desafios. Nesse sentido, é fundamental que os jornalistas evitem o risco de construir uma cobertura que reforce os estereótipos e preconceitos que hoje cercam, com inquietante frequência, os adolescentes e jovens em situação de exclusão social. Um bom exemplo se refere à **Violência**, um tema de grande presença nos meios de comunicação da região: apesar das estatísticas apontarem que esses adolescentes são principalmente as vítimas dos atos violentos, parte da imprensa insiste em retratá-los como os maiores responsáveis por esta realidade que, sabe-se, resulta de histórias e profundas distorções de ordem estrutural.

ASSUNTOS ESQUECIDOS

Uma outra pauta extremamente relevante obteve índices muito baixos de cobertura em todas as categorias anali-

sadas. Trata-se das questões relacionadas ao **Meio-Ambiente**. Essa dificuldade de leitura é tão grave que se estende inclusive às matérias voltadas aos aspectos de Saúde. O profissional de comunicação deve estar atento para a relação entre a garantia desse direito básico da infância — o acesso a serviços de saúde — e os investimentos no tratamento da água e no saneamento básico, por exemplo. Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgado em abril de 2003, estimou que por ano 5 milhões de crianças morrem em todo o mundo de doenças causadas pela poluição do ar, pelo consumo de água contaminada ou pela falta de higiene nas escolas, casas ou locais de recreação.

Algumas temáticas especialmente importantes quando se discutem políticas para a juventude também encontram espaço pouco significativo no universo de matérias inscritas na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência. É o caso de **Consumo de Drogas, Gravidez na Adolescência, HIV/Aids** e outras **Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Agrupando-se os dados das inscrições nas categorias *Imprensa, Rádio e Televisão*, que foram submetidos a análises muito similares neste estudo, as matérias que têm como tema principal

o **Consumo de Drogas** ou a **Gravidez na Adolescência** representam menos de 2% das inserções cada uma. No caso de **HIV/Aids** e outras **Doenças Sexualmente Transmissíveis**, esses índices são inferiores a 1%. Os dados

sobre este último problema não deixam dúvidas sobre a relevância da pauta jornalística: estima-se mundialmente que 11,8 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estejam infectados pelo vírus HIV, sendo a maioria garotas.

OS ATORES MAIS OUVIDOS

A análise das fontes ouvidas pelos repórteres aponta um dado importante: nos veículos impressos, que atingem especialmente os formadores de opinião, os **Governos** e outras **Fontes de Informação Oficial** aparecem muito mais do que nos demais meios. O **Poder Executivo**, por exemplo, responde por mais de 14% das fontes ouvidas em matérias de jornais e revistas analisadas neste estudo. No material de *Rádio*, o **Executivo** responde por 2% das fontes ouvidas, enquanto esse índice é de 4,3% nas reportagens de *Televisão* inscritas na II edição dos prêmios.

Mesmo levando-se em consideração os limites de tempo que costumam cercar o jornalismo de *Rádio* e *Televisão*, esses dados indicam a necessidade de maior contextualização no material apresentado por esses veículos, uma vez que esses atores respondem diretamente pelas políticas de atendimento à infância e adolescência (leia mais sobre a relevância de uma cobertura plural dos poderes públicos no texto sobre a categoria *Televisão*, na página 48).

Por outro lado, a avaliação das fontes utilizadas nos trabalhos escritos na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos permite afirmar que em termos gerais a voz de meninos, meninas e adolescentes são ouvidas nos diferentes meios de comunicação, mas ainda existe um grande caminho a ser percorrido rumo a uma informação mais qualificada. Naturalmente, este dado aparece com mais frequência nos materiais integrantes da categoria *Público Infantil e Adolescente*.

Quando se mensuram os atores mais entrevistados em programas e publicações dirigidos à adolescência, os **Adolescentes** aparecem com nada menos de 22% das citações.

Na mídia voltada para a infância, as **Crianças** contam com 15% das participações. O ponto frágil, na categoria *Público Infantil e Adolescente*, fica por conta do reduzido espaço dedicado à opinião da **Família**, que é ouvida em 3,1% das peças dirigidas a crianças e em 2,1% do material para adolescentes.

Outro dado relevante é que, em média, 1,7 fontes são consultadas a cada reportagem inscrita nos prêmios.



ANÁLISE/IMPrensa

VIOLÊNCIA, EDUCAÇÃO E DIREITOS SÃO PRIORIDADE

A leitura atenta dos aspectos quanti-qualitativos do material inscrito na categoria Imprensa da II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência revela que os profissionais desses meios escolhem focalizar seus esforços prioritariamente em três temáticas de grande impacto: **Violência** (com nada menos de 28% dos textos analisados), **Educação** (20%) e a **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes** (13,5%). Soa coerente, ainda, que os mesmos veículos que voltam sua atenção para o problema da **Violência** — uma das mais impactantes conseqüências das condições de desigualdade e exclusão que imperam na região — também apontem seu foco investigativo para questões sociais fundamentais no combate a esse fenômeno. Nem sempre, no entanto, essas temáticas aparecem nas mesmas reportagens. Chama a atenção também que a desestruturação familiar, o planejamento urbano e o tráfico de armas sejam formas de violência que a imprensa, muitas vezes, não vê (leia análise específica sobre a cobertura de **Violência** na página 34).

Educação é um dos temas mais abordados nas matérias de jornais e revistas. O interesse desses jornalistas no assunto supera em muito o registrado nos demais meios de comunicação avaliados nos prêmios e revela uma lou-

vável maturidade diante das questões mais cruciais para a infância e a adolescência da região. Quanto à **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos**, alcança 13,5% das inscrições de *Imprensa*. Um dado também significativo diante da necessidade de viabilizar-se meios efetivos de impulsionar o desenvolvimento das potencialidades dessas crianças e adolescentes.

AS OMISSÕES

Alguns pontos muito importantes, no entanto, ficaram de fora dos textos analisados. A dificuldade geral apontada em relação às questões Étnicas marca forte presença nos meios impressos, assim como as de **Gênero**. Além disso, chama a atenção que assuntos como **Sexualidade e Saúde Reprodutiva, Gravidez na Adolescência, HIV/Aids** e outras **Doenças Sexualmente Transmissíveis** somem apenas 1,8% das inserções computadas na presente análise. As questões relacionadas ao **Meio Ambiente** também são pouco abordadas e, ao contrário do que foi verificado no material de *Rádio e Televisão*, o tema **Exploração & Abuso Sexual** foi objeto de poucas inscrições — uma das mais graves lacunas observadas na cobertura da categoria *Imprensa* (leia mais sobre essa questão no texto referente às inscrições de *Televisão*, na página 40).

FINALISTA/IMPrensa

**EDUCACIÓN SIN BARRERAS
(EDUCAÇÃO SEM BARREIRAS)**
PAÍS: Argentina

GÊNERO: Reportagem

AUTORA: Fabiana Laura
Fondevila

MEIO: Revista Viva — Jornal Clarín

DATA: 4/março/2001


■ Quando a violência é cometida por crianças e adolescentes, a imprensa se ocupa do tema. A revista dominical do jornal Clarín dedica-se a olhar a história ao contrário, isto é, como a escola pode ser violenta com as crianças, reforçando os estereótipos, taxando meninos e meninas, criando constrangimentos e preconceitos. A reportagem é abordada com um olhar educativo e analisa o tema com uma perspectiva de gênero. Pretende ajudar pais e mestres a tratar desses temas.



AVANÇA DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

De todos os diferentes meios que participaram da II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação, os da categoria *Imprensa* são os que mais dedicam espaço às vozes do **Governo** e da **Sociedade Civil Organizada**, qualificando assim o debate sobre políticas públicas. Verifica-se, no entanto, a tendência a concentrar a discussão em apenas um dos poderes. Enquanto o **Executivo** representa quase 15% das fontes consultadas, o **Judiciário** e o **Ministério Público** somam apenas

5,2% das menções. Os **Conselhos de Direitos e Tutelares**, identificados aqui como as instâncias que reúnem diversos atores da sociedade e dos governos para avaliar e propor caminhos para políticas governamentais, somam 2,4% das citações. E o **Legislativo**, não mais que 1,4%.

Excelente é a intervenção tanto de **Especialistas**, o segundo grupo mais presente entre as fontes consultadas nas matérias de *Imprensa*, quanto de representantes das

FINALISTA/IMPRESA

CANDELÁRIA: O MASSACRE DE UMA GERAÇÃO

PAÍS: Brasil

GÊNERO: Reportagem

AUTORA: Ana Beatriz
Magno da Silva

MEIO: Jornal Correio Braziliense

DATA: 3/dezembro/2000



■ Descreve a situação dos sobreviventes do massacre de meninos e meninas na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, a partir do violento seqüestro de um ônibus por parte de um deles. Sete anos depois do massacre, a repórter e um fotógrafo retratam a situação de alguns dos meninos e meninas que estavam em frente à igreja na noite do crime. Alguns morreram, outros são portadores do vírus HIV, estão fora da escola, ameaçados de morte, desaparecidos. Uma importante denúncia de como o Estado deixou absolutamente desprotegidas as vítimas do massacre que mobilizou o país em torno do tema dos meninos em situação de rua.

Organizações da Sociedade Civil e de Fundações, que ocupam o terceiro lugar. Isso demonstra que, mesmo dando muito espaço aos governos, os profissionais estão procurando diversificar a cobertura e evitar a armadilha do “jornalismo oficial”.

A participação de **Adolescentes e da Família** também é alta no conjunto total de matérias da categoria: 9,6% e 8,6% das entrevistas, respectivamente, dados extremamen-

te positivos. As **Crianças**, por sua vez, aparecem bem menos que nos meios *Rádio e Televisão*, representando somente 4% das intervenções. Contribuem para isso o despreparo dos profissionais para extrair informações das próprias crianças e o fato de que em nossas sociedades não há uma cultura de respeito pela opinião de meninos, meninas e adolescentes, direito reconhecido expressamente no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança.

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO

Juan Antonio Sánchez Ocampo/El Colombiano/Colômbia



LAS OTRAS HUELLAS DE LA GUERRA (AS OUTRAS MARCAS DA GUERRA)



■ **PAÍS:** Colômbia

■ **GÊNERO:** Fotografia

■ **AUTOR:** Juan Antonio
Sánchez Ocampo

■ **MEIO:** Jornal El Colombiano

■ **DATA:** 5/novembro/2000

■ Série de seis fotografias dos repórteres Juan Antonio Sánchez Ocampo, Henry Agudelo, Donaldo Zuluaga e Manuel Saldarriaga, sobre os efeitos do conflito armado na Colômbia na vida das crianças.

VIOLÊNCIA: FENÔMENO SOCIAL OU SUCESSÃO DE CRIMES?

A construção de uma abordagem qualificada das questões associadas à **Violência** pelos meios de comunicação não é um desafio de fácil solução. Antes de mais nada, a extrema complexidade do fenômeno impõe ao jornalista um cotidiano de grandes pressões — tanto do ponto de vista humano quanto em termos de conhecimento específico. A essas condições costumam ainda se sobrepor, com muita frequência, as linhas editoriais de cunho sensacionalista, que servem aos interesses comerciais dos próprios veículos.

Dependendo do enfoque dado à notícia sobre um fato violento, serão determinados rumos muito diferentes para o enfrentamento da questão. Por exemplo: a imprensa pode abordar a **Violência** como uma sucessão de casos policiais, contribuindo assim para alimentar o sentimento de pânico junto à população, ou então contextualizá-la como a expressão de um fenômeno social para o qual colaboram diversos fatores, muito deles de cunho estrutural (desigualdade, pobreza, falta de acesso a direitos básicos etc).

Quando essas problemáticas de ordem social são alvo de investigação na cobertura jornalística sobre a questão da violência, torna-se possível fortalecer o debate sobre o efetivo enfrentamento do problema. Na construção dessa abordagem, as corriqueiras soluções reativas, imediatistas e meramente paliativas devem ser confrontadas com as propostas e ações de maior consistência.

UMA VISÃO FRAGMENTADA

As políticas de enfrentamento da violência entre jovens, no entanto, parecem não chamar muito a atenção da mídia impressa, segundo a análise das inscrições da II edição dos prêmios. Isso é evidenciado pelo fato de que alguns temas de grande relevância aparecem muito pouco ou simplesmente não foram focalizados pelas matérias inscritas: **Cultura, Esporte, Lazer & Entretenimento e Mídia**.

Para entender a importância dessas temáticas é preciso ter em mente que regiões afetadas pela pobreza são muito vulneráveis à questão da violência. Locais onde jovens e crianças não contam com direitos básicos — como educação, saúde, opções de lazer, espaços organizados para a expressão cultural e a prática de esportes. E, embora sejam recorrentes os registros de crimes ocorridos nessas áreas, não é comum jornalistas explorarem e investigarem as condições de vida nesses bolsões. A ligação entre criminalidade, violência e a ausência do poder público e da ação social é ignorada na maior parte das matérias.

CAMINHOS PARA A QUALIFICAÇÃO

A tendência de transformar a cobertura sobre violência em uma mera sucessão de casos foi apontada por especialistas brasileiros reunidos pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), pelo Departamento da

FINALISTA/IMPRENSA

ENSINO REPROVADO

PAÍS: Brasil

GÊNERO: Série de reportagens

AUTOR: Gilberto Nascimento

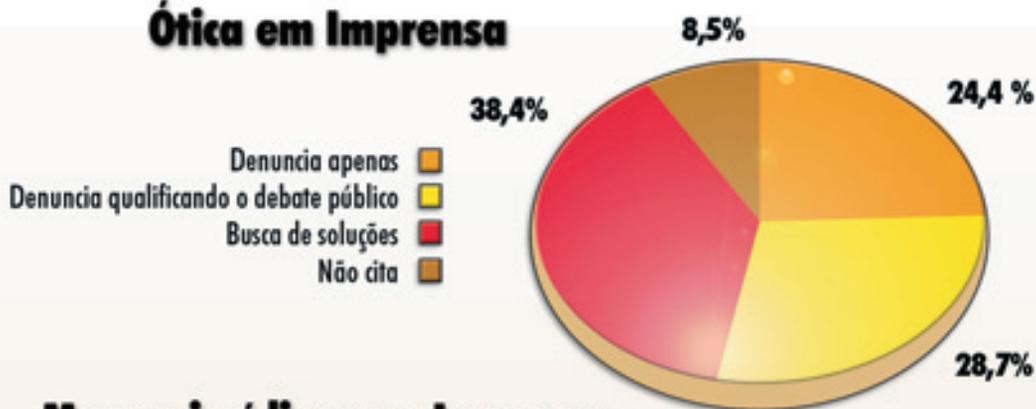
MEIO: Revista IstoÉ

DATA: 10/maio/2000 – 29/agosto/2001

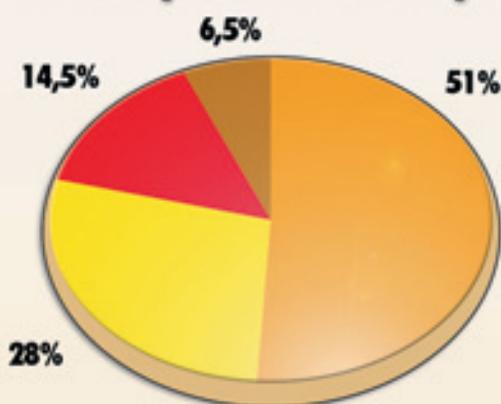


■ Reportagens que descrevem as falhas do programa educacional de aceleração de ensino no Brasil. Algumas crianças terminam sua educação básica sem saber ler, escrever ou sem condição de fazer operações aritméticas básicas. O material jornalístico denuncia que os governantes fingem investir em educação, a escola finge que ensina e o aluno finge que aprende. A questão causou grande controvérsia no Brasil.

Ótica em Imprensa



Marcos jurídicos em Imprensa



Diferentes legislações foram citadas em parte das matérias inscritas nos prêmios. Essas citações se distribuem da seguinte maneira:

- Legislação nacional específica para crianças e adolescentes
- Legislação nacional geral
- Legislação internacional específica para crianças e adolescentes
- Legislação internacional geral

Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Brasil e pela Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar), com apoio do escritório UNICEF no Brasil, para realizar uma análise especial sobre o trabalho jornalístico centrado na violência que atinge, e muitas vezes envolve, crianças e adolescentes. As conclusões desse estudo foram apresentadas na publicação

Balas Perdidas, lançada em 2001, em português.

Os especialistas apontam alguns caminhos para qualificar a cobertura, caminhos esses que foram também observados em diversas das matérias inscritas na II edição dos prêmios. Um deles é incluir na investigação jornalística a biografia dos agentes e vítimas de violência. Como foi destacado na publicação brasileira, suas

FINALISTA/IMPrensa

A FEBEM DANÇOU

País: Brasil

Gênero: Reportagem

Autora: Heloísa Helvécia

Meio: Revista Marie Claire

Data: março/2000



■ Marie Claire é uma revista dedicada à mulher que realiza um esforço editorial importante para tratar assuntos sociais relacionados à infância e adolescência. Os jornalistas visitaram a Febem, o centro de reabilitação para adolescentes em conflito com a lei mais importante do Brasil, conhecido nacionalmente por repetidos motins e distúrbios, reprimidos diversas vezes com violência. A reportagem mostrou que ali, por meio da arte, teatro, dança, música e fotografia, alguns adolescentes internados também encontraram um meio de expressão e uma nova oportunidade.

Evelson A. Freitas/Folha de S. Paulo/Brasil

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO



NONADA

■ **País:** Brasil
 ■ **Gênero:** Fotografia
 ■ **Autor:** Evelson A. Freitas
 ■ **Meio:** Jornal Folha de S.Paulo
 ■ **Data:** 9/março/2001



■ **Flagra o trabalho de meninas gêmeas de nove anos que descascam alho na cidade de Contagem, Minas Gerais. Chama atenção a posição na qual as meninas se vêm obrigadas a permanecer para trabalhar durante muitas horas.**



trajetórias e histórias de vida revelam influências sociais, econômicas e culturais que determinam, em grande medida, a situação de violência. E que levam, inevitavelmente, a questionamentos sobre as políticas públicas que falharam ao não atingirem essa parte da população.

Nesse sentido, é promissor constatar o amplo espaço dado à **Família** em matérias de imprensa escrita sobre importantes aspectos associados à **Violência**, como **Ação do Tráfico e Adolescentes em Conflito com a Lei**. Os familiares e os próprios adolescentes respondem por boa parte das vozes ouvidas, ao lado do **Poder**

Executivo e das Forças de Segurança do Estado.

Outro caminho importante para o aprimoramento da investigação jornalística sobre **Violência** envolve o esforço pelo real dimensionamento do fenômeno. Buscar os números que radiografam o problema dentro do país ou região leva, inevitavelmente, o jornalista a procurar pelos poderes públicos. Nessa busca, não raramente o profissional constata que esses poderes não têm dados e estatísticas confiáveis, organizados e abrangentes sobre a violência. Logo, carecem de instrumentos básicos para orientarem a elaboração das políticas necessárias para prevenir esse fenômeno.

FINALISTA/IMPRENSA

PAZ APORTE (APORTE DE PAZ)

PAÍS: Colômbia

GÊNERO: Série de reportagens

AUTORA: Bibiana Mercado

MEIO: Jornal El Tiempo

DATA: 30/julho/2000 - 5/agosto/2001



■ Reportagens que tratam da infância e da adolescência no conflito armado colombiano, expõem em depoimentos diretos de crianças e adolescentes o esforço para sobreviver nessas circunstâncias. A série não focaliza somente as histórias brutais dos meninos, mas também apresenta aspectos positivos de suas vidas e aspirações.

AJUSTES DE ENFOQUE

Entre as matérias sobre **Violência** inscritas nos prêmios, predominam aquelas que vão além da denúncia. No caso de **Conflitos Armados**, 60% dos textos foram classificados como informação que denuncia, qualificando o debate público. Nas matérias sobre **Ações e Reflexões** (que discutem questões gerais sobre o fenômeno), 43% das reportagens investigam soluções e 33% qualificam o debate social. Quando se cobre o problema de **Adolescentes em Conflito com a Lei**, esses percentuais são de 49% e 24%.

Mas há dificuldades com a ótica apresentada no material quando se analisam em separado, por exemplo, matérias sobre a **Ação do Tráfico**. Mais de 43% somente regis-

tram uma denúncia. A tendência é ainda mais forte em trabalhos sobre **Crianças e Adolescentes Vítimas ou Protagonistas de Determinado Fato Violento**. Em média, 45% das reportagens sobre esse tema apenas registram o fato violento, sem contextualizá-lo nem investigar as causas e possíveis saídas para o fenômeno no qual ele se insere. Esse olhar restrito ao factual pode ser observado em um dado geral da cobertura dos temas de **Violência**: embora o fenômeno atinja com maior gravidade exatamente os setores mais pobres da população – historicamente constituídos, em vários países da região, por grande número de indígenas e afrodescendentes – questões de enfoque étnico aparecem em apenas 0,5% dos textos inscritos.

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO

José Varella/Correio Braziliense/Brasil



ESCOLA DO CRIME

■ **PAÍS:** Brasil

■ **GÊNERO:** Fotografia

■ **AUTOR:** José Varella

■ **MEIO:** Jornal Correio Braziliense

■ **DATA:** 18-22/março/2001



■ Série de fotografias publicadas em três capítulos. Descreve como a instituição encarregada da reabilitação dos adolescentes em conflito com a lei vira uma escola do crime. Mostra a rotina diária dos adolescentes, respeitando sua identidade.

FINALISTA/IMPRESA

**MENTES FÉRTILES
(MENTES FÉRTEIS)**

**¿ EN QUE ANDAN LOS ADOLESCENTES?
(QUAL É A DOS ADOLESCENTES?)**

PAÍS: Costa Rica

GÊNERO: Reportagem

AUTORA: Larissa Minsky Acosta

MEIO: Revista Dominical Jornal La Nación

DATA: 2/julho/2000 e 15/julho/2001



■ **Mentes Férteis**

O suplemento transmite com eficiência informações sobre a importância estratégica da primeira infância para garantir o pleno desenvolvimento humano e o papel que desempenham os pais nessa fase. A informação é contextualizada de maneira adequada, abrangendo as distintas etapas da primeira infância assim como as diferentes áreas do seu desenvolvimento emocional, físico e intelectual das crianças.

■ **Qual é a dos adolescentes?**

Suplemento sobre adolescentes pioneiro e inovador. Segundo a avaliação do UNICEF e da Agência EFE no país, pela primeira vez a imprensa na Costa Rica se preocupou em entender os adolescentes em suas múltiplas dimensões, sem estigmatizá-los. O suplemento consegue dar uma imagem positiva dos adolescentes e estimula uma maior compreensão do seu mundo e necessidades.

- Ampla reportagem sobre a situação das crianças até os três anos de idade, filhos de mães que cumprem pena de reclusão em prisões da Espanha. Um trabalho de excelente nível técnico.

**INFANCIA ENTRE REJAS
(INFÂNCIA ATRÁS DAS GRADES)**

PAÍS: Espanha

GÊNERO: Reportagem

AUTOR: Ricardo de Querol

MEIO: Jornal Diario 16

DATA: 4/fevereiro/2000



**CONDENADOS AL DESAMPARO Y OTROS
(CONDENADOS AO ABANDONO E OUTROS)**

PAÍS: República Dominicana

GÊNERO: Série de Reportagens

AUTORA: Tania Polanco Morillo

MEIO: Revista Rumbo

DATA: novembro/1999 – setembro/2001



- Resultado da dedicação de um ano de trabalho da repórter a temas como crianças e adolescentes em conflito com a lei, tratamento recebido nas instituições de reabilitação, adolescentes internados com adultos, abusos de policiais contra jovens, trabalho infantil e insensibilidade do Estado. O exaustivo conjunto de materiais foi considerado uma iniciativa ainda mais relevante no contexto de um país sem uma grande tradição no tratamento de questões relacionadas com a infância e adolescência na mídia.

ANÁLISE/TELEVISÃO

DIREITOS E EXCLUSÃO
SOCIAL NO CENTRO DA TELA

A Promoção e/ou o Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes foi o tema mais abordado nas matérias de *Televisão* inscritas na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos, respondendo por 20,9% de todo o material. Esse é um dado excelente, que demonstra a incorporação, pelos comunicadores, da ótica que posiciona a criança como detentora de direitos — dos quais toda a sociedade é responsável por garantir o cumprimento. Em função disso, também são constantes nas reportagens as referências a alguns dos principais marcos jurídicos que delimitaram esses direitos, principalmente a partir do final do século XX.

Exatas 37,3% das peças televisivas inscritas nos prêmios citam um ou vários desses marcos jurídicos. Em números absolutos, eles foram mencionados quase 60 vezes. As **Legislações Nacionais** que se aplicam a todos os cidadãos, independente de sua faixa etária, respondem por 35% dessas citações de leis. A **Convenção sobre os Direitos da Criança**, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989 e que passou a vigorar em setembro do ano seguinte, a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** e outros compromissos internacionais são citados em 37% das matérias. Os **Códigos ou Estatutos Nacionais** específicos para crian-

ças e adolescentes somam 28% das referências legais.

A qualidade do material jornalístico produzido nas televisões dos países ibero-americanos fica evidente segundo outro critério: apenas 5,9% das peças se restringem a denunciar um fato, sem investigar seu contexto nem saídas para o problema. Em 25,5% das matérias a denúncia é contextualizada com informações importantes para qualificar o debate público sobre o tema. E a maioria absoluta das reportagens — 63,7% — vai além da exposição de uma questão, investigando e apresentando soluções.

CONQUISTAS RELEVANTES

Merece especial atenção o fato de se destacarem entre os temas mais abordados pelas inscrições da categoria *Televisão* questões diretamente associadas ao contexto de desigualdade e exclusão social, como **Exploração do Trabalho Infantil, Ação do Tráfico, Crianças em Situação de Rua, Exploração & Abuso Sexual e Pessoas com Deficiência**.

Entre os fatores para os quais os profissionais de televisão estão atentos, esta análise coloca em evidência também a consideração da importância de fatores **étnicos e raciais** nos temas abordados. Cerca de 45% das matérias tratam de alguma maneira a discriminação racial como parte

FINALISTA/TELEVISÃO

DERECHOS DE LA NIÑEZ
Y LA ADOLESCENCIA
(DIREITOS DA INFÂNCIA
E ADOLESCÊNCIA)

PAÍS: Bolívia

GÊNERO: Campanha, Vinhetas

AUTOR: Jose Luis Aguirre Alvis

MEIO: TV Nacional, Canal 7

DATA: junho a dezembro/1999



■ Série de vinhetas de uma campanha de promoção de direitos. Destacou-se especialmente porque dá espaço à voz das crianças, utilizando depoimentos nos quais elas opinam sobre seus direitos, sem intervenção de adultos.



do problema apresentado. O componente **Gênero**, no entanto, é menos percebido pelos comunicadores desse meio: ele está presente em apenas 12,8% das inscrições.

PAUTAS AUSENTES

Alguns temas tiveram pequena ou nenhuma representatividade no universo da categoria Televisão. Entre eles estão **Adoção, Doenças Sexualmente Transmissíveis e HIV/Aids, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, Mídia e Gravidez na Adolescência**. Em relação à **Sexualidade e Saúde Reprodutiva**, deve-se levar em consideração

que o tema necessariamente exige a abordagem em programas de conteúdo mais aprofundado, com enfoque informativo. Ao ignorar essa demanda, a mídia perde a rica oportunidade de discutir e disseminar as informações essenciais para capacitar melhor crianças, adolescentes e seus familiares a lidarem com questões tão fundamentais para um desenvolvimento pleno e saudável do ser humano e, ao mesmo tempo, tão cercadas de tabus e repressões. Informações sobre **Sexualidade e Saúde Reprodutiva** são um direito que os meios de comunicação podem fortalecer com responsabilidade.

FINALISTA/TELEVISÃO

INFÂNCIA SECA

PAÍS: Brasil

GÊNERO: Série de duas reportagens

AUTOR: Vico Iasi

MEIO: Rede Globo

DATA: 14 e 22/novembro/1999



■ O documentário foi gravado durante 15 dias em uma das regiões mais pobres do Brasil, o sertão nordestino. A primeira parte retrata o drama de crianças e adolescentes na época da seca. A segunda parte mostra projetos sociais que transformam a vida dos meninos e meninas da região.



VIOLÊNCIA SEXUAL: UM DESAFIO PARA A IMPRENSA

O fato de a **Exploração Comercial** e o **Abuso Sexual** ocuparem o quarto lugar no ranking de temas abordados pela *Televisão* é digno de reflexão. Nesse campo, a atuação da mídia precisa ser extremamente cautelosa, para que não venha tornar-se mais um ato de desrespeito contra as crianças vítimas desse tipo de vio-

lência, seja ao buscar depoimentos sensacionalistas, seja ao expor suas imagens.

Por se tratar de uma das formas de maus tratos mais revoltantes aos olhos de toda a sociedade, os comunicadores também correm o risco de centrar a investigação do problema exclusivamente na punição momentânea dos

FINALISTA/TELEVISÃO

CRIANÇAS QUE NÃO EXISTEM

PAÍS: Brasil

GÊNERO: Série de reportagens

AUTORA: Ana Paula Araújo

MEIO: Rede Globo

DATA: janeiro/2000



■ A repórter visita uma comunidade pobre do Rio de Janeiro e descobre crianças sem registro civil cuja mãe também não possui documentos. A reportagem percorre com a mulher o longo caminho da burocracia para conseguir a cidadania. Reflete o processo de conquista da dignidade, auto-estima e reconhecimento da sociedade.

Milton Díaz Guillermo/El Tiempo/Colômbia

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO



**LOS NIÑOS DE LA GUERRA
(AS CRIANÇAS DA GUERRA)**

-
-
- **PAÍS:** Colômbia
- **GÊNERO:** Série de
- Fotografias
- **AUTOR:** Milton Díaz Guillermo
- **MEIO:** jornal El Tiempo
- **DATA:** 31/dezembro/2000 –
- 23/setembro/2001
-



■ Fotografia escolhida da série intitulada "As crianças da guerra", que apresenta a vida de meninos e meninas em meio ao conflito armado na Colômbia.



agressores, deixando o tom policial permear a reportagem. A isenção jornalística é uma meta aqui também — o risco de pré-condenar os suspeitos está sempre presente. O julgamento e a punição dos agressores é essencial para garantir o fim dessas práticas, porém devem ocorrer nas instâncias do **Poder Judiciário**. Nesse sentido, os profissionais de comunicação podem investigar o que as legislações nacionais prevêm e se há projetos de lei importantes para melhorar o atendimento às vítimas e a repressão a esses delitos dependendo de aprovação do **Legislativo**. É preciso também averiguar como esses

casos são julgados e se efetivamente os agressores cumprem as penas.

Há ainda um outro aspecto fundamental, que muitas vezes vem escapando ao foco da imprensa: a importância de ações contra esse tipo de crime é inquestionável, mas não suficiente para pôr fim a essas práticas. E nem responde ao maior desafio dos países da região no combate à exploração comercial e ao abuso sexual: oferecer uma rede de proteção social eficiente e abrangente para amparar as meninas e meninos vitimizados. Sem esse amparo — hoje praticamente inexistente — o ciclo da

FINALISTA/TELEVISÃO

TRABALHO INFANTIL

PAÍS: Brasil

GÊNERO: Documentário

AUTORA: Neide Duarte

MEIO: TV Cultura

DATA: 12/dezembro/1999



■ Documentário sobre o trabalho infantil na região sisaleira da Bahia. A primeira parte apresenta a vida das crianças trabalhadoras nas colheitas do agave, as duras condições do trabalho, que causam ferimentos nas mãos e nas pernas, e o afastamento das aulas. Na segunda parte, se apresenta o programa governamental “Bolsa Escola”, que já retirou do trabalho 30 mil crianças na região.

violência, mesmo depois que ela foi identificada e denunciada, tende a continuar.

Os comunicadores, portanto, podem ter um papel fundamental para a sociedade se investigarem o atendimento prestado a essas vítimas, que envolve tanto as várias instâncias de governo quanto os diversos atores da sociedade

civil. Esse atendimento, é importante ressaltar, precisa ser prestado também aos agressores. Estudos mostram que, principalmente nos casos de abuso sexual, os agressores foram muitas vezes vítimas dessa prática na sua infância. Quando lhes é oferecido um tratamento adequado, é possível romper o ciclo perverso desse tipo de violência.

Angeles Torrejón Becerril/Diário Milenio/México

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO



NIÑAS DE LA REALIDAD (MENINAS DA REALIDADE)

- País: México
- GÊNERO: Fotografia
- AUTOR: Angeles Torrejón Becerril
- MEIO: Jornal Milenio
- DATA: 22/setembro/2001



■ Fotografia, de uma série de nove, sobre meninas indígenas. Destaca de forma muito delicada distintas situações de sua vida e seu cotidiano.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PROTAGONISTAS

Os dados sobre as fontes de informação consultadas pelos comunicadores responsáveis pelo material televisivo inscrito na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência demonstram que os programas têm aberto espaço para a população discutir sua realidade.

As inscrições privilegiam as **Vozes de Crianças, de Adolescentes, de Famílias e de Cidadãos Comuns** em suas entrevistas. Eles representam 52% de todos os atores consultados nas diversas matérias, tendo mais espaço que as autoridades de governo.

Especialistas nas mais diversas áreas também foram muito consultados pelos comunicadores, ficando com 12,8% das citações. Em proporção um pouco menor, surgem os **Profissionais de Ensino**. Isso demonstra a busca pela informação mais qualificada possível diante dos variados temas, hipótese reforçada pela boa presença das **Organizações da Sociedade Civil, Fundações e Institutos**, fontes em 11,4% das entrevistas.

DESEQUILÍBRIO ENTRE OS PODERES PÚBLICOS

Ainda há avanços consideráveis a se obter na visão da mídia televisiva sobre quem responde pelos direitos de crianças e adolescentes: entre os poderes públicos consul-

tados, acontece clara predominância do **Executivo**. Esse desequilíbrio, que indica desatenção à importância do papel que cada um desses poderes desempenha, está presente em todo o conteúdo analisado na presente pesquisa, apesar das matérias de veículos impressos dedicarem espaço consideravelmente maior do que as demais mídias às vezes oficiais.

É importante destacar que em seu relatório do ano 2002, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta um estudo sobre o avanço das democracias, principalmente em países que abandonaram regimes autoritários nos anos 80. Entre as diversas conclusões, a excessiva concentração de poder e recursos no **Executivo** é apontada como um entrave grave a uma realização democrática mais efetiva, fundamental para garantir as condições necessárias para o pleno desenvolvimento humano.

Enxergar a estrutura do poder público como exclusiva do **Executivo** poderia ser um resquício de períodos ditatoriais, nos quais os demais poderes não têm autonomia. A mídia pode ter um papel crucial no fortalecimento dessas instituições se conhecer melhor suas atribuições, fiscalizar suas ações e avaliar se estão sendo garantidas as condições corretas, inclusive orçamentárias, para que cumpram seu verdadeiro papel no jogo democrático.

FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

AQUÍ VAMOS, MARCANDO EL PASO (AQUI VAMOS, MARCANDO O PASSO)

PAÍS: Colômbia

GÊNERO: Programa de Tv

AUTOR: Germán Octavio Patiño Ossa

MEIO: Sociedad de Televisión
del Pacífico – Telepacífico

DATA: 27/maio/2001



■ Programa de televisão para o público infantil com uma proposta inovadora: apresenta crianças com incapacidade física ou mental, mostrando o lado positivo de suas vidas e promovendo o direito à igualdade e à integração na sociedade.

Fernando Luis Romero/Diário de Notícias/Paraguai

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO



**EL SUBMUNDO DE LOS NIÑOS
DE LA CALLE
(O SUBMUNDO DOS MENINOS DE RUA)**

- **PAÍS:** Paraguai
- **GÊNERO:** Fotografia
- **AUTOR:** Fernando Luis Romero
- **MEIO:** Jornal Diário de Notícias
- **DATA:** 20/Fevereiro/2000



■ A fotografia investiga e registra o mundo dos meninos em situação de rua durante o período noturno. Tecnicamente destaca-se o bom uso da luz.

FINALISTA/TELEVISÃO

VIDA BANDIDA

País: Brasil
Gênero: Documentário
Autora: Maria Inés Landgraf
Meio: TV Cultura
Data: 12/dezembro/1999



■ O documentário se inicia com uma dramatização da história real do adolescente autor do roteiro. Na segunda parte, há uma série de entrevistas com adolescentes em conflito com a lei. A terceira retrata projetos que atendem esses meninos e meninas em diferentes cidades brasileiras, segundo os parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ganhou o Prêmio EMMY 2000.

■ Duas reportagens que apresentam o caso de um menino em situação de rua, em Bogotá, e sua reabilitação um ano depois. A difusão do caso mobilizou o país. O acompanhamento da vida do garoto é um dado positivo, já que entre a primeira e a segunda reportagens transcorre um ano.

**NOCHE – JAVIER PERTUZ I Y II
 (A NOITE – JAVIER PERTUZ I E II)**

País: Colômbia
Gênero: Programa de opinião
Autora: Claudia Gurisatti
Meio: Canal RCN
Data: 1999/2000



**SUEÑOS DE NIÑO
 (SONHOS DE CRIANÇA)**

País: Chile
Gênero: Reportagem
Autor: Claudio Espejo Suazo
Meio: Red Televisiva Megavisión S.A.
Data: 12/julho/2001



■ Reportagem sobre a pobreza infantil, construída a partir do olhar das próprias crianças chilenas, embora dirigida ao público adulto. Em entrevistas nas quais crianças falam de suas necessidades, direitos e visão de vida, o material contrapõe a opinião de estudantes de escola privada com a de crianças e adolescentes pobres.

■ Série de reportagens investigativas que mostram a problemática da inalação de solventes de baixo custo pelos meninos de rua em Santiago do Chile. Analisa os devastadores efeitos do tolueno, substância altamente tóxica e barata, cuja venda é proibida para crianças. O programa demonstra como é fácil obter o produto.

TOLUENO

País: Chile
Gênero: Série de quatro reportagens
Autor: Jaime Moreno Laval
Meio: Televisión Nacional de Chile
Data: 16, 17, 18 e 19/março/2001



FINALISTA/TELEVISÃO

**INDUSTRIA DE MENDIGOS
(INDÚSTRIA DE MENDIGOS)****PAÍS:** Equador**GÊNERO:** Reportagem**AUTOR:** Freddy Alexis
Barros Cabrera**MEIO:** Ecuavisa**DATA:** 6-8/agosto/2001

■ Série de matérias sobre trabalho infantil no Equador, exibidas no noticiário central da emissora. As reportagens trataram o tema de imigração indígena nas cidades. Utiliza depoimentos de crianças, boas imagens e densidade informativa.

■ Com grande capacidade de síntese, a reportagem mostra o longo e árduo percurso que fazem os livros até as escolas de uma zona distante do México.

A câmera acompanha o envio, são feitas entrevistas com os pais que carregam o material.

Encerra-se em um lugar distante, com o encontro das crianças e seus livros.

**ENTREGA DE LIBROS EM
CHIHUATITLA, HIDALGO
(ENTREGA DE LIVROS EM
CHIHUATITLA, HIDALGO)****PAÍS:** México**GÊNERO:** Reportagem**AUTOR:** Jaime Guerrero Toledano**MEIO:** TV Azteca**DATA:** 20/agosto/2001**INOCENCIA EN VENTA
(INOCÊNCIA À VENDA)****PAÍS:** Nicarágua**GÊNERO:** Reportagem**AUTORA:** Ximena Gutiérrez**MEIO:** Canal 2**DATA:** 25/fevereiro/2001

■ Reportagem sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade nicaragüense de Granada. Trata do comércio sexual nas zonas turísticas. É um tema novo no contexto do país e a reportagem aproxima-se da realidade das crianças com um tratamento adequado, boa contextualização e diversidade de fontes.

**NIÑOS RECOLECTORES
(MENINOS TRABALHADORES DE COLHEITAS)****PAÍS:** Panamá**GÊNERO:** Série de
três reportagens**AUTORA:** Maria Elena Barrios**MEIO:** Corporación Medcom
Panamá/Canal 4**DATA:** 16-17-18/julho/2001

■ Reportagem sobre a vida difícil das crianças indígenas empregadas como mão-de-obra para as colheitas em fazendas de café de Terras Altas, província de Chiriquí, Panamá, onde se desenvolve um modelo de saúde integral que pretende melhorar as condições de vida desses grupos. As crianças que trabalham nas colheitas são entrevistadas na série.

Custódio Coimbra/O Globo/Brasil

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO



MEDO DE ALTURA



PAÍS: Brasil

GÊNERO: Fotografia

AUTOR: Custódio Coimbra

MEIO: Jornal O Globo

DATA: 24/março/2001



■ Fotografia de uma criança de dois anos que brinca em balanço semidestruído em Inhoaíba, bairro do Rio de Janeiro com um índice de desenvolvimento humano menor que o de Botswana, África. Contrasta um momento feliz com uma situação de abandono.

ANÁLISE/RÁDIO

RADIALISTAS FORTALECEM
PARÂMETROS DE DIREITOS

O tema mais abordado entre as matérias de *Rádio* inscritas na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação foi a **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes**, resultado idêntico ao apontado pela análise das inscrições de material televisivo.

De todas as categorias analisadas, a de *Rádio* inclui o maior número de citações aos marcos jurídicos da garantia desses direitos e da responsabilidade de toda sociedade por defendê-los. É positivo que 74,2% das matérias inscritas façam referência às leis que garantem a proteção integral a crianças e adolescentes.

Essa boa notícia é fortalecida pelo fato de que as **Legislações Nacionais** específicas para a infância e adolescência são as mais utilizadas por jornalistas, respondendo por 43,6% das menções a leis nas matérias que utilizam esse recurso. A **Legislação Internacional** relativa a essas faixas etárias também é fonte freqüente de referência, alcançando índice superior a 35%.

Nesse universo, o marco mais citado é a **Convenção sobre os Direitos da Criança**, aplicável a pessoas de até 18 anos. A Convenção tem 41 artigos nos quais os países signatários se comprometem a proporcionar a todas as crianças e adolescentes medidas que garantem seus direitos



à vida, à saúde, à educação, à família e à proteção, além de informações necessárias para que exerçam seus direitos.

O CICLO DA DESIGUALDADE

A atenção que os radialistas dedicam a essas questões é um fato extremamente significativo. Nesse contexto de garantia a condições de desenvolvimento pleno, a desigualdade social é certamente o maior entrave, como ressaltou a diretora executiva do UNICEF, Carol Bellamy, em palestra no Instituto de Políticas de Harvard, no dia 19 de fevereiro de 2003. “Este é um mundo no qual a pobreza e a ignorância certamente ameaçam a segurança humana tanto quanto qualquer arma de destruição em massa — e no qual o HIV/Aids e conflitos armados já causaram mais devastação e sofrimento do que qualquer terrorista poderia sonhar”, disse Bellamy. “É um mundo com uma economia global de mais de US\$ 30 trilhões no qual um quinto da humanidade — 1,3 bilhão de pessoas — está consignado a vidas de sofrimento e carência quase inimagináveis. Pelo menos a metade dessas pessoas são crianças”.

A redução da pobreza deve começar com a garantia dos direitos da criança, quebrando o ciclo de transmissão dessa condição entre gerações. Para atingir essa meta, 191 países já se comprometeram com o cumprimento da Convenção. Os países-membros das Nações Unidas também concordaram em atingir um conjunto de metas de desenvolvimento para 2015. Relacionadas no documento *Um Mundo para as Crianças*, essas metas são, em si, fon-

tes de pautas jornalísticas constantes para todos os meios de comunicação. Elas reúnem objetivos concretos para a erradicação da pobreza extrema e da fome, universalização da educação primária, promoção da equidade de gênero, redução da mortalidade infantil, melhora da saúde materna, defesa do meio ambiente e combate ao HIV/Aids, malária e outras doenças.

DENUNCIANDO A EXPLORAÇÃO

Um dos maiores entraves à garantia de saúde e educação a todas as crianças e adolescentes é, sem dúvida, a **Exploração do Trabalho Infantil**. Esse foi o segundo tema mais abordado pelos radialistas que participaram da II convocatória dos prêmios: cerca de 15% de todas as peças inscritas na categoria *Rádio* tinham como foco principal esse que é hoje um desafio em escala mundial para a agenda dos direitos das novas gerações.

Estima-se que o número de trabalhadores infantis/adolescentes envolva 246 milhões de pessoas em todo o mundo. A maioria delas trabalha na agricultura. Entre as garotas, a ocupação mais comum é o trabalho doméstico. Ou seja, essa mão-de-obra infantil está dentro das casas de muitos ouvintes, leitores, telespectadores. A atenção dada pelos profissionais de rádio ao problema da **Exploração do Trabalho Infantil** — maior que nos demais meios — é um outro fator nitidamente positivo diagnosticado pela análise do material inscrito na II convocatória dos prêmios.

FINALISTA/RÁDIO

MULTIPlicAR ES LA TAREA (MULTIPlicAR É A TAREFA)

PAÍS: Argentina

GÊNERO: Dramatização
e informativo

AUTOR: Julio Alberto Paz

MEIO: FM UTN (Frecuencia Modulada
de la Universidad Tecnológica)

DATA: 8/setembro/2001



- Programa que funde reportagem e dramatização. Utiliza vozes de crianças e faz um roteiro sobre a história e as formas dos maus tratos. O programa se encerra denunciando provérbios que alimentam a cultura dos maus tratos.



POTENCIAIS E LIMITAÇÕES

Outros aspectos sobressaem nesta categoria. Em menos de 5% das matérias inscritas, por exemplo, os radialistas denunciaram determinada situação sem contextualizá-la nem apontar saídas. Enquanto isso, cerca de 69% abordaram os problemas apresentando diversos aspectos de sua realidade, permitindo, assim, o acesso dos ouvintes a informações importantes para subsidiar um debate interno mais eficaz, em cada país, sobre as questões prioritárias para a infância e adolescência. O melhor é que 22% de todo o material foram ainda além desse patamar, com os comunicadores investigando e apresentando possíveis soluções para a situação apresentada.

Exige reflexão, contudo, o fato de que, como único veículo a não utilizar qualquer tipo de imagem, o rádio torne-se mais suscetível a ignorar um aspecto importante da realidade social dos países ibero-americanos: a existência de grupos **Étnicos e Raciais** especialmente desfavorecidos. Apenas 3% de todo o material abordaram questões étnicas – sem dúvida, uma lacuna na cobertura de rádio sobre as questões da infância e adolescência.

Um dado muito expressivo, no entanto, é que 18% do material incluem uma perspectiva de **Gênero** sobre a questão que enfocam. Esse índice é o mais elevado entre as cinco categorias analisadas neste estudo.

FINALISTA/RÁDIO

DESTINOS CLANDESTINOS, UNA REALIDAD Y MUCHOS SUEÑOS (DESTINOS CLANDESTINOS, UMA REALIDADE E MUITOS SONHOS)

PAÍS: Bolívia

GÊNERO: Reportagem

AUTOR: Carlos Mamani Jiménez

MEIO: Radio Erbol FM 100,9,
Red Satelital Informativo Radar Juvenil

DATA: 15-16/setembro/2001



■ Série bem realizada para público adulto com depoimentos de crianças trabalhadoras, menores de 14 anos, que enfrentam essa difícil situação e ainda fazem o esforço para estudar e se superar.

FALTA DIVERSIFICAÇÃO TEMÁTICA

Também é nessa categoria que mais foram abordadas duas questões fundamentais para a população adolescente. Matérias sobre **Sexualidade e Saúde Reprodutiva** e **Gravidez na Adolescência** respondem juntas por 8% de todo o material, índice muito superior aos apresentados nas análises de televisão e de veículos impressos. A atenção nos assuntos relacionados à **Cultura** também foi mais freqüente do que em qualquer outro meio, e responde por 8% do material.

Esse cenário que acumula características tão consistentes, no entanto, fica vulnerabilizado pela reduzida diversificação da pauta. Temas essenciais foram pouco abordados ou sim-

plesmente não apareceram nas peças de rádio inscritas na II edição, como **Adoção, Adolescentes em Conflito com a Lei, HIV/Aids, Pessoas com Deficiências, Exploração & Abuso Sexual, Lazer, Meio Ambiente, Midia ou Violência**. Os profissionais de rádio necessitam avançar na construção de uma cobertura plural. Afinal, no momento em que priorizam as questões relativas à **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes**, conforme registra a presente análise, automaticamente estão tornando-se responsáveis por contribuir para que a população desenvolva uma percepção madura, comprometida e mobilizadora diante desse leque de problemáticas.

MICROFONE ABERTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No material de *Rádio* inscrito nos prêmios, **Crianças e Adolescentes** são as vozes mais freqüentes. Juntos, somam 25,5% do total de entrevistas. A **Família e Cidadãos Comuns** respondem por 13,5%. Uma primeira avaliação desses dados leva a crer numa disposição dos radialistas em evitar que o tom da cobertura se restrinja ao discurso oficial – ou seja, às informações que dependem dos governos. O sinal de alerta se acende quando percebemos que outros setores também aparecem muito mais que as diversas instâncias de governo: **Especialistas** em diversas áreas, **Profissionais de Ensino e Organizações da Sociedade Civil e Fundações**.

Embora todos esses atores tenham muito a contribuir para um debate amplo sobre os direitos das crianças e adolescentes, os números transparecem uma subutilização das informações que as fontes oficiais podem oferecer. O mais grave é que esse direcionamento termina também levando muitos profissionais de rádio a deixar de discutir efetivamente as políticas públicas e de cobrar do poder público uma postura claramente comprometida com a implementação dessas políticas. Os números não deixam margem a dúvidas: de todas as vozes ouvidas nos programas de *Rádio*, o **Executivo** representa apenas 2%, enquanto o **Judiciário** e o **Ministério Público** somam 2,7%, e o **Legislativo**, 1,7%.

FINALISTA/RÁDIO

HISTÓRIA REAL: EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

PAÍS: Brasil

GÊNERO: Dramatização e informativo

AUTOR: Fernando Alexandre Ferreira Lopes

MEIO: Rádio Nacional de Brasília (AM) e Rádio Nacional da Amazônia (OC)

DATA: 20/setembro/2001



■ Programa diário na emissora de maior audiência nas áreas rurais do Brasil, que se dedica principalmente a temas relacionados com a educação e os direitos da criança. Com simplicidade e engenho, um locutor assume a personalidade de um camponês e ajuda a explicar diferentes situações que afetam a infância.

FINALISTA/RÁDIO

- Os programas tratam de vários dos aspectos referentes à sexualidade dos adolescentes, como educação sexual nas escolas e políticas de atenção. Utiliza a linguagem dos jovens, personagens principais das narrativas. Todo o material esteve disponível na Internet, com dados de apoio para professores e os adolescentes.

VAMOS FALAR DE SEXO

PAÍS: Brasil
GÊNERO: Série
AUTORA: Mônica Valéria Villela
MEIO: BBC e Rádio Eldorado FM de São Paulo
DATA: 17/agosto/2000



NIÑAS Y NIÑOS TRABAJADORES DOMÉSTICOS (MENINAS E MENINOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS) DE LA VIOLENCIA INTRAFAMILIAR A LA CONCILIACIÓN (DA VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA À CONCILIAÇÃO)

PAÍS: Colômbia
GÊNERO: Série de dois programas
AUTORA: Diana Díaz Soto
MEIO: Radiodifusora Nacional de Colombia – Magazín Zona Común
DATA: 01/julho/2001 – 22/abril/2001



- Série com periodicidade semanal dirigida a um público adulto. Mistura formatos diferentes, como reportagens, dramatizações e depoimentos. Utiliza as histórias infantis como recurso para incluir temas de debate.

- Programação da rede mexicana Infored, com 50 rádios no país, que inclui noticiário e miniprogramas sobre HIV/Aids, maus tratos e outros temas. São reportagens informativas com diferentes fontes de informação consultadas e um tratamento completo.

LOS NIÑOS Y EL VIH-SIDA Y OTROS (AS CRIANÇAS E O HIV-AIDS E OUTROS)

PAÍS: México
GÊNERO: Série
AUTOR: José Gutiérrez Vivó
MEIO: Infored – Noticiario Monitor
DATA: 2/julho – 24/setembro/2001



FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

POR LOS DERECHOS DE LA NIÑEZ (PELOS DIREITOS DA INFÂNCIA)

PAÍS: Bolívia
GÊNERO: Série de rádio para crianças
AUTOR: José Luis Aguirre Alvis
MEIO: Circuito de Emisoras Comunitárias de la Asociación Provincial de Radios Comunitarias
DATA: setembro/1999 – janeiro/2001



- Série de pequenas inserções de rádio com mensagens muito claras para as crianças. Inclui duas canções e duas inserções publicitárias curtas com mensagens relacionadas aos direitos da infância. Entre as criações originais, uma entrevista com uma bola e seis mini programas sobre educação infantil, dirigidos aos pais de família.

OS CONSELHOS TUTELARES

A IMPORTÂNCIA DE UMA REDE DE PROTEÇÃO

Em 1990, o Brasil foi o primeiro dos países ibero-americanos a aprovar uma lei nacional específica para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes inspirada na Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989. Uma das conquistas desse marco jurídico foi a introdução de novas instâncias, os conselhos de direitos e os conselhos tutelares, que dividiram responsabilidades entre o Estado e a sociedade civil organizada, nas questões relacionadas com crianças e adolescentes.

A redação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram resultado de uma intensa mobilização popular. O Estatuto, além dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nos níveis federal, estadual e municipal, estabelece a criação dos Conselhos Tutelares em cada um dos mais de 5.500 municípios brasileiros como base do sistema de garantia de direitos. Em 12 anos, essa meta ainda não foi atingida, mas estão implantados hoje em cerca de 55% dos municípios do país, enquanto os conselhos de direitos existem em 72% deles.

Os Conselhos Tutelares são responsáveis no Brasil por atender e encaminhar crianças e adolescentes para os diversos serviços da rede de proteção social sempre que seus direitos estiverem ameaçados ou tenham sido desrespeitados por membros da sociedade ou pelo próprio Estado. As leis para crianças e adolescentes aprovadas em diversos países da região definem, por vezes, órgãos similares para o atendimento, encaminhamento e defesa desses segmentos populacionais.

O PAPEL DA IMPRENSA

Nas matérias analisadas em estudo quanti-qualitativo realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância sobre o material inscrito na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos, esses órgãos pouco aparecem. No conjunto das fontes consultadas nas diferentes matérias, os Conselhos de Direitos representam cerca de 2,2% dos entrevistados. Os Conselhos Tutelares respondem por 1% dessas citações.

A baixa utilização dessas fontes mostra, por um lado, que a mídia não está atenta à importância do papel que tais instâncias desempenham. Por outro lado, o dado revela também que esses atores não estão cientes da potencialidade da mídia para pautar o debate público e fortalecer, assim, a própria atuação de órgãos dessa natureza. Nesse desencontro, perdem todos. Como a ponta do sistema de garantia de direitos, essas instâncias lidam diretamente com a realidade local de questões cruciais, como exploração e abuso sexual, educação, saúde, exploração do trabalho infantil e adolescentes em conflito com a lei.

A mídia certamente precisa estar próxima desses órgãos, contribuindo para garantir o cumprimento dos direitos com os quais todos os países da região se comprometeram na Convenção sobre os Direitos da Criança. Os comunicadores poderiam ter nos Conselhos não só uma grande fonte de informação, como uma grande pauta jornalística, para investigar a destinação e aplicação de verbas públicas — em todos os níveis da administração — aos órgãos criados como parte do sistema de garantia de direitos de cada país.



ANÁLISE/TRABALHO GRÁFICO

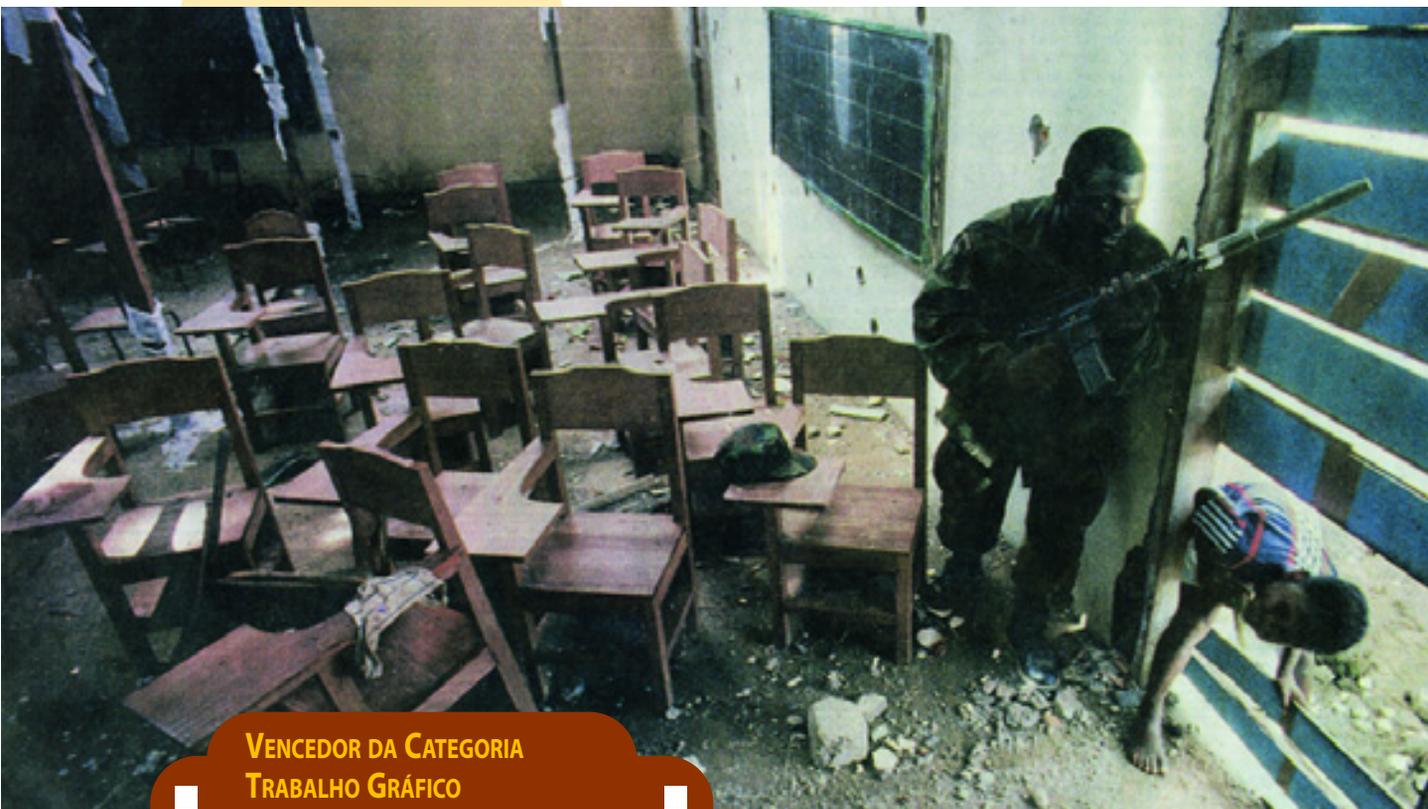
RETRATOS DA DENÚNCIA E DA ESPERANÇA

Imagens publicadas em jornais e revistas são instrumentos que facilitam o entendimento da informação muito mais pela emoção do que pela razão e, por isso mesmo, são mais lembradas do que as palavras. Entre as fotos e outras peças gráficas que concorreram na categoria *Trabalho Gráfico*

co da II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência, as **Crianças**, de zero a 11 anos, são o grupo mais retratado. Elas representam 81% do total das imagens, enquanto **Adolescentes** de 12 a 17 anos respondem por apenas 3,5%.

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO

William Fernando Martinez/El Tiempo/Colômbia



VENCEDOR DA CATEGORIA
TRABALHO GRÁFICO
"TRINCHERA ESCOLAR"
(TRINCHEIRA ESCOLAR)

PAÍS: Colômbia

GÊNERO: Fotografia

AUTOR: William

Fernando Martinez

MEIO: Jornal El Tiempo

DATA: 16/agosto/2001



■ Fotografia de extraordinário valor visual e composição que desenha com precisão os efeitos da violência na zona de combate sobre a educação das crianças.

Crianças e Adolescentes focalizados na mesma imagem respondem por 12% do total. E 3,5% das peças inscritas não abordavam especificamente um grupo etário. São dados que radiografam com nitidez a dificuldade dos repórteres visuais em compreender a verdadeira dimensão dos problemas que afetam os adolescentes da região.

Quando se observa a temática mais comum nas peças inscritas – a **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes** – torna-se ainda mais importante ressaltar essa lacuna. Os adolescentes sofrem com inúmeras condições que descumprem direitos básicos com os quais seus países se comprometeram em diversos acordos internacionais e em suas próprias legislações. Esse desrespeito pode ser, e muitas vezes é, denunciado pelo poder de uma imagem captada ou criada por profissionais atentos à realidade de suas sociedades. E o impacto social da visualização desse descumprimento pode resultar ainda na mobilização para o enfrentamento de questões sistematicamente ignoradas.

É importante lembrar que a categoria *Trabalho Gráfico* compreende não só fotografia mas também o desenho das páginas, que inclui, além dos repórteres fotográficos, editores de arte e as equipes de diagramação de jornais e revistas. É necessário que todos esses profissionais se envolvam no processo de garantir a presença da imagem dos adolescentes nos jornais e revistas da região.

A COMPOSIÇÃO TEMÁTICA

A ampla cobertura de **Exploração do Trabalho Infantil** é um destaque positivo entre os dados obtidos a partir da análise das imagens inscritas nos prêmios. **Educação, Comportamento e Crianças em Situação de Rua** ocupam a terceira posição entre os temas mais abordados. Mereceram também considerável atenção **Conflitos Armados, Saúde, Ação do Tráfico e Cultura**.

Entre os temas que tiveram pouca representatividade entre as inscrições estão **Adoção e Pessoas com Deficiência**, além de **Esportes e Lazer & Entretenimento**. É fundamental que o repórter fotográfico e as equipes de arte dos meios impressos estejam atentos à importância desses dois últimos componentes na formação de crianças e adolescentes.

O direito de praticar esportes e de freqüentar espaços de lazer, com atividades organizadas está, infelizmente, longe de ser uma garantia universal concedida a crianças e adolescentes. E são aspectos cruciais para assegurar suas chances de atingir o desenvolvimento pleno, além de servirem de base a algumas das mais bem-sucedidas estratégias de combate à violência e à exclusão social. Na cobertura jornalística é preciso ter sempre em mente que o esporte não se restringe aos resultados de campeonatos oficiais, nem as opções de lazer devem estar contidas apenas em guias com oportunidades de



diversão para a classe média. Ambos, além de um direito, são instrumentos estratégicos para uma política pública verdadeiramente inclusiva.

AS QUESTÕES ÉTNICAS E DE GÊNERO

Um dado muito positivo na categoria *Trabalho Gráfico* é a atenção à **Questão Indígena**. Esse grupo responde por 12% das referências no material utilizado na presente análise. mestiços são retratados em 48% das imagens inscritas, comparados a 17,4% de brancos e 14,6% de afro-descendentes. As cifras são coerentes com o perfil populacional da América Latina e o Caribe.

Por outro lado, a categoria *Trabalho Gráfico* é a única que apresenta diferenças significativas entre o número de meninos e meninas retratados. Mais de 39% das

imagens são de meninos, contra 19% de meninas. Pouco mais de 28% das composições gráficas retratam ambos os sexos. Aqui, novamente os dados apontam para uma possível distorção da cobertura jornalística. Essa variação pode significar que os meninos são mais atingidos pelos problemas retratados pelos comunicadores visuais. Mas também pode ser um indicador de que esses comunicadores estão menos atentos aos desafios que comprometem a garantia de chances de desenvolvimento humano pleno para as meninas da região.

Combater a inequidade de **Gênero** é uma das prioridades mundiais para romper o ciclo de perpetuação da pobreza. E as imagens podem ter um papel fundamental ao expor o contexto discriminador a que estão submetidas crianças e adolescentes.

Alberto Morales/La Prensa Gráfica/El Salvador

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO



EL PEQUEÑO ROZADOR (O PEQUENO CORTADOR)

■ **PAÍS:** El Salvador

■ **GÊNERO:** Fotografia

■ **AUTOR:** Alberto Morales

■ **MEIO:** Jornal La Prensa Gráfica

■ **DATA:** 7/janeiro/2001



■ Fotografia de uma série de oito sobre os meninos no corte de cana-de-açúcar, que registra em distintos planos um dia de trabalho de uma criança trabalhadora.



A PROTEÇÃO À IMAGEM DA CRIANÇA

O papel das imagens ao reforçar denúncias sobre o descumprimento dos direitos de crianças e adolescentes é muito claro e se encontra explícito nas cifras da presente análise. Mais da metade das imagens são denúncias sobre algum fato. Já 24% são imagens que ilustram uma investigação sobre possíveis soluções para um problema exposto.

No que se refere à denúncia, é muito importante ressaltar que crianças e adolescentes têm especial direito de proteção de suas imagens. Nesse delicado equilíbrio entre a utilização de uma determinada imagem para evidenciar um problema e correr o risco de expor uma criança em situação de

vulnerabilidade, o direito da criança à proteção deve sempre ser priorizado.

Nesse sentido, preocupa que em cerca de 7% de todo o material da categoria *Trabalho Gráfico*, as próprias imagens inscritas violem os direitos das crianças retratadas, como exibir o rosto de adolescentes em conflito com a lei. Aqui, a atenção dos comunicadores precisa ser redobrada, inclusive por meio de debates entre esses próprios profissionais e, sempre que possível, recorrendo a especialistas em direitos. Comunicadores visuais e aqueles que atuam na área da infância precisam trabalhar juntos para promover essa cultura de responsabilidade.

FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

SÉRIE REVISTA ZÁ

PAÍS: Brasil

GÊNERO: Revista Infantil

AUTORA: Mônica Krausz

MEIO: Revista ZÁ

DATA: várias



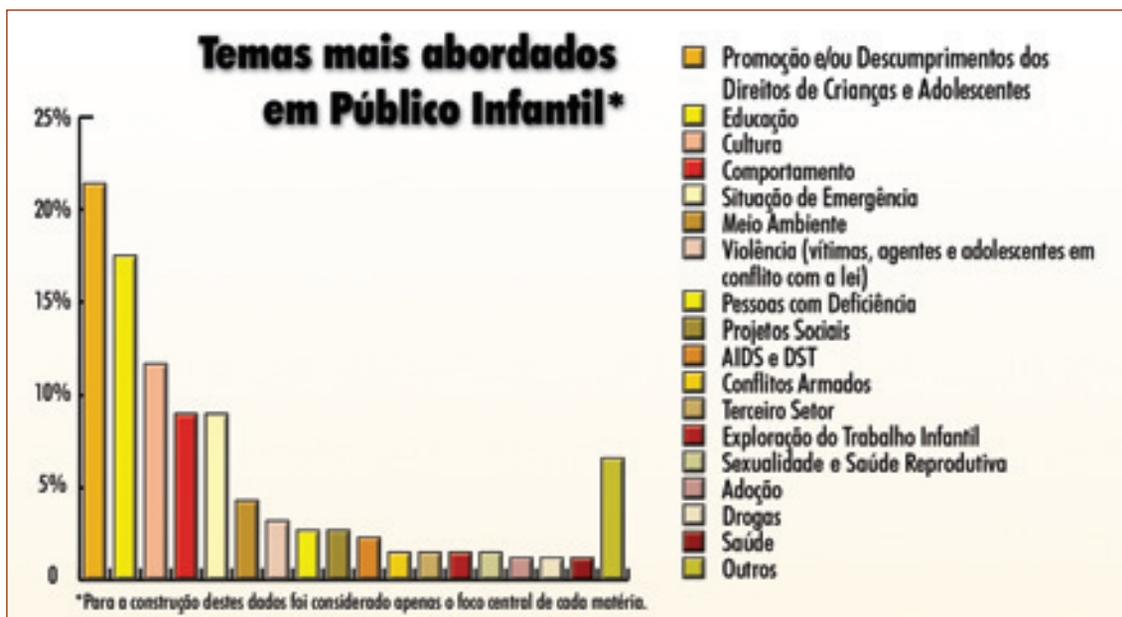
■ Revista para meninos e meninas de 7 a 12 anos com linha editorial que trata com muita propriedade temas atuais como meio ambiente, educação, saúde e direitos das crianças. Muito bem elaborada graficamente. Desenvolve uma série de análises sobre os dez anos da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.

ANÁLISE/PÚBLICO INFANTIL

O PAPEL ESTRATÉGICO DA MÍDIA ESPECIALIZADA

A formatação adequada da informação para o *Público Infantil* é uma das tarefas mais difíceis que podem ser exercidas por comunicadores. Não raro, as empresas de comunicação avaliam seus produtos infantis apenas sob a ótica comercial. Pouca atenção é dada ao potencial pedagógico e lúdico e à carga conceitual necessária para exercer qualquer função que influencie a formação de uma criança.

A grande quantidade de dados positivos observados na análise das peças de *Rádio*, *Televisão* e veículos impressos destinadas ao *Público Infantil* inscritas na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pode ser considerada, assim, uma revelação estimulante da dedicação tanto dos profissionais quanto dos meios para qualificar o material destinado a essa faixa etária.



FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

**PEQUEÑOS CREADORES EN VIAJE
(PEQUENOS CRIADORES EM VIAGEM)**

PAÍS: Chile

GÊNERO: Série de rádio

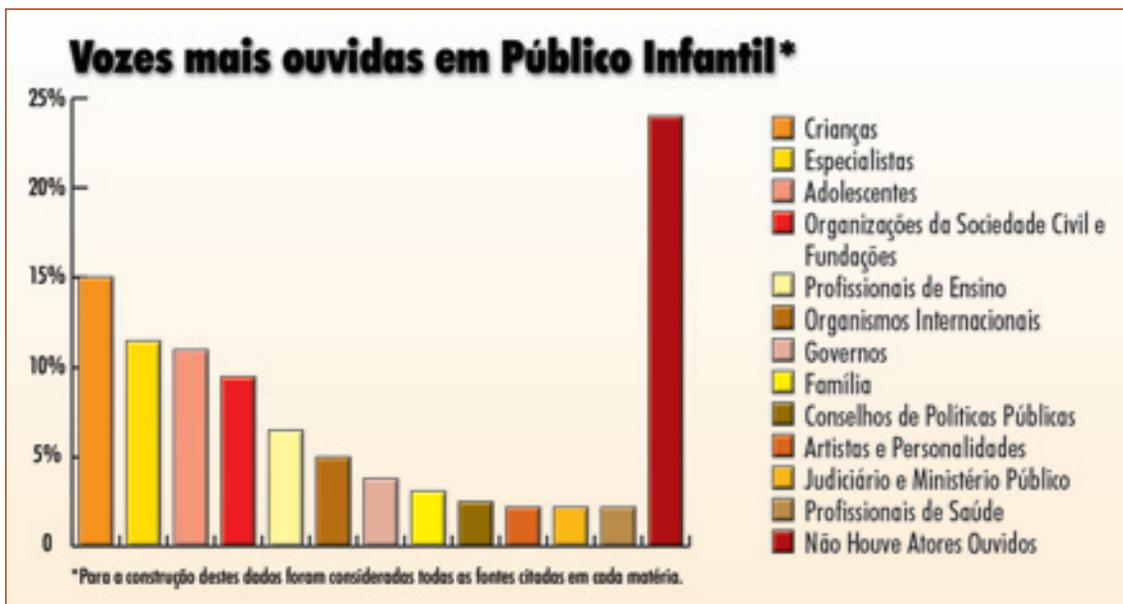
AUTORA: Noemí Baeza Henriquez

MEIO: Radio Nuevo Mundo 93.0 AM

DATA: junho/1999 – julho/2001



■ Série de programas de rádio para o público infantil com grande participação das crianças e com canções, contos infantis e temas relacionados com suas escolas e a situação nas comunidades. Proposta muito interessante para rádio infantil e adolescente.



O maior destaque está, sem dúvida, na escolha dos temas. Considerando-se o corte específico das publicações e programas dirigidos à infância, extraído das inscrições na categoria *Público Infantil e Adolescente*, mais de 93% das questões abordadas foram consideradas temáticas de relevância social, ou seja, temas importantes para a formação da criança e para o estímulo a seu protagonismo na sociedade.

POR UMA FORMAÇÃO DIVERSIFICADA

Entre os números que merecem ser comemorados está a

liderança do tema da **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes** no ranking dos assuntos mais abordados. No conjunto de matérias, entretanto, faltaram menções aos marcos jurídicos da garantia desses direitos: 80% das peças inscritas não citam nenhuma lei. Um deslize real, considerando-se que a leitura, na infância, ajuda a formar valores e a própria percepção de mundo.

Em segundo e terceiro lugares no ranking de temas aparecem **Educação e Cultura**. Novamente, um ponto a destacar: **Comportamento, Pessoas com Deficiência e HIV/Aids** também

FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

MAGAZIN ALHARACA

PAÍS: Colômbia

GÊNERO: Série de rádio

AUTORA: Diana Díaz Soto

MEIO: Asociación de Emisoras Comunitarias del Magdalena Medio - Aredmag



■ Série de rádio que aborda os direitos das crianças, difundida em emisoras comunitárias de zonas pobres e localizadas em regiões de conflito armado. Mistura reportagens, música e espaços dramatizados, destacando valores e costumes das zonas para as quais é difundida.

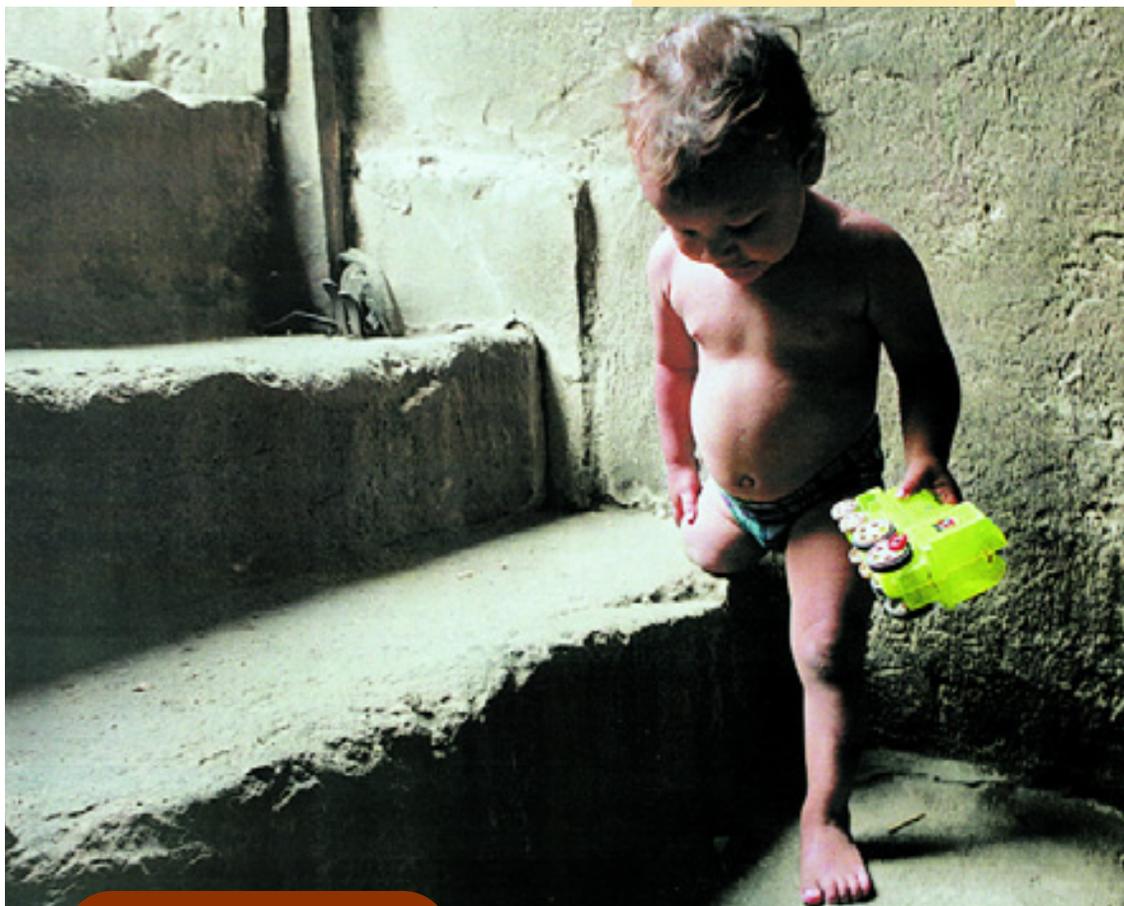
estão entre os assuntos mais abordados, evidenciando a atenção dos meios a debates muito importantes para um processo diversificado de formação das crianças. E a questão do **Meio Ambiente**, com 4,3% das inscrições, encontra nesta categoria uma representatividade muito maior do que em qualquer outra dos prêmios.

DESAFIOS DE UMA NOVA LINGUAGEM

Os dados desta análise, porém, ainda revelam muitas lacunas no conjunto dessas publicações e programas. Algumas delas exigem especial atenção, como o fato de mais de 15% do material ter sido considerado como apresentando

Oscar Roberto Alvarado Tenorio/El Diario de Hoy. Revista Vértice/El Salvador

FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO



HIJOS DE LA BARBARIE (FILHOS DA BARBÁRIE)

- **PAÍS:** El Salvador
- **GÊNERO:** Série de Fotografias
- **AUTOR:** Oscar Roberto Alvarado Tenorio
- **MEIO:** El Diario de Hoy, Revista Vértice
- **DATA:** 27/agosto/2000



■ Fotografia que integra uma série para ilustrar as reportagens “Filhos da Barbárie”, publicada no suplemento Vértices do Jornal Diário de Hoy. A série se caracteriza pelo tratamento respeitoso e digno das crianças.

elementos que estimulam o consumo. A publicidade está presente, de forma implícita, em 12,5% das peças inscritas. E só é colocada explicitamente em 2,5% delas. No caso da criança, é especialmente importante discernir o que é publicidade do que é conteúdo editorial, porque o leitor, ouvinte ou espectador ainda está em processo de formação, sendo muito mais suscetível à propaganda implícita.

Outro aspecto específico do material dirigido ao *Público Infantil* é a difícil adaptação do vocabulário, resultado do fato de grande parte desses comunicadores não contarem com formação prévia na área pedagógica. Cerca de 20% das inscrições continham vocabulário inadequado para crianças, mas só 1,2% do material utilizou recursos explicativos como glossários.

As questões de **Gênero, Etnia ou Origem Étnica** não foram abordadas em mais que 5% do conjunto de inscrições. Esse dado repete, em grande parte, o observado na análise do material inscrito nas demais categorias dos prêmios.

É positivo observar, porém, que a voz das **Crianças** é a mais presente nessas peças. Em seguida aparecem **Especialistas e Adolescentes**, praticamente na mesma medida. A **Família**, no entanto, é menos ouvida no segmento infantil do que em qualquer outra categoria analisada neste estudo. Essa é uma das lacunas mais graves da cobertura. Afinal, entre as diversas potencialidades das peças de comunicação voltadas para crianças está a abertura de um espaço qualificado para trabalhar-se a relação entre pais e filhos.

ANÁLISE/PÚBLICO ADOLESCENTE

QUANDO OS JOVENS ENCONTRAM SEUS MEIOS

De todos os dados registrados a partir da análise de publicações e programas dirigidos à adolescência incluídos neste estudo, o mais positivo é a presença, em quase 80% do material, de questões consideradas de **Relevância Social**, ou seja, de temáticas que contribuem para a formação cidadã do adolescente. Esse índice deixa claro que os comunicadores da região estão atentos ao grande potencial desses programas de rádio e de televisão, dos suplementos de jornal e das revistas enquanto instrumentalizadores da efetiva participação dos adolescentes nos debates centrais para a melhoria de sua qualidade e perspectivas de vida.

É possível afirmar, portanto, que as principais temáticas cobertas pelo material para adolescentes inscrito nos prêmios demonstram que boa parte dos profissionais diretamente envolvidos com esse público já têm consciência de que seu trabalho vai além da transmissão de informação jornalística, contendo sempre um viés educativo implícito em seu processo de elaboração.

NOVAS REALIDADES

As inscrições da II edição dos prêmios também mostram que os comunicadores voltam-se para questões próprias dos adolescentes quando trabalham a informa-

FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

QUÉ TE MOLESTA DE LOS ADULTOS Y OTROS (O QUE TE INCOMODA DOS ADULTOS E OUTROS)

PAÍS: Chile

GÊNERO: Suplemento infantil

AUTORA: Magali Arenas

MEIO: Jornal El Mercurio

DATA: 9/novembro/1999 – 29/março/2001



■ Suplemento dirigido ao público infantil que apresenta de maneira inovadora temas relacionados com os direitos das crianças. As matérias foram elaboradas levando em conta o mundo das crianças e suas opiniões.

ção segmentada para esse público. **Comportamento** é o tema mais abordado, respondendo por mais de 20% do material. As publicações e programas dirigidos a adolescentes, selecionadas das inscrições da categoria *Público Infantil e Adolescente*, são os únicos no qual a lista de temas mais abordados é liderada por **Comportamento** – área que envolve a discussão de tendências e atitudes típicas dessa faixa etária.

Duas outras temáticas tiveram bom destaque: a questão da **Promoção e/ou Descumprimento dos Direitos de Crianças e Adolescentes** e o **Terceiro Setor**. A questão de direitos é comum a todas as categorias analisadas neste estudo. Mas o destaque para o **Terceiro Setor** é, novamente, exclusivo do material dirigido à adolescência. Trata-se da constatação de que o voluntariado e outras formas de organização da sociedade civil têm um forte apelo e grande capacidade de sensibilização e mobilização dos jovens. Isso não foi ignorado pelos profissionais que inscreveram suas peças nos prêmios, como se constata em outro dado extraído do ranking de temas: 5% do material específico para essa faixa etária tratam de **Projetos Sociais**.

SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA, HIV/AIDS E GRAVIDEZ

O recorte do *Público Adolescente* é o único no qual o grave problema de saúde pública representado pela **HIV/AIDS** e outras **Doenças Sexualmente Transmissíveis** teve destaque na escolha da pauta jornalística. A atenção dada a essa questão, que em todo o mundo avan-

ça entre populações mais jovens, é um ponto muito positivo para a cobertura da área. Outro avanço a ser comemorado é que os temas **Sexualidade e Saúde Reprodutiva** e **Gravidez na Adolescência** respondem por 5% e 3,8% do universo analisado. Vale lembrar que nenhum desses temas conta, necessariamente, com novidades factuais motivando a pauta jornalística – ou seja, a realização da matéria depende quase que exclusivamente de uma visão responsável do repórter e/ou do editor.

Mas há espaços nítidos para aprimorar a qualidade da cobertura nessas temáticas. Somadas as matérias sobre **HIV/AIDS & DST, Sexualidade e Saúde Reprodutiva** e **Gravidez na Adolescência**, observa-se que, no conjunto, 53,8% delas citam especificamente informações sobre a prevenção à gravidez, enquanto 69,2% citam a prevenção ao HIV/AIDS e DST. Os índices podem crescer, considerando-se a transversalidade desses temas.

ONDE ESTÁ A FAMÍLIA?

Educação também mereceu destaque, sendo o tema principal de 6,3% do material inscrito. Crucial, considerando-se os problemas de oferta e qualidade de ensino enfrentados pela maior parte dos países da região. Por lei, todos os adolescentes têm o direito a frequentar a escola. E uma escola que os respeite. Na construção da realidade escolar, um ator fundamental parece estar sendo ignorado pela mídia – a **Família**.

Na verdade, o problema é mais amplo: quando é analisado o conjunto de vozes ouvidas em todas as matérias dirigidas ao público adolescente, a **Família** só res-

FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

CAMPANHAS DE UTILIDADE

País: Brasil

Gênero: Vinhetas de Televisão

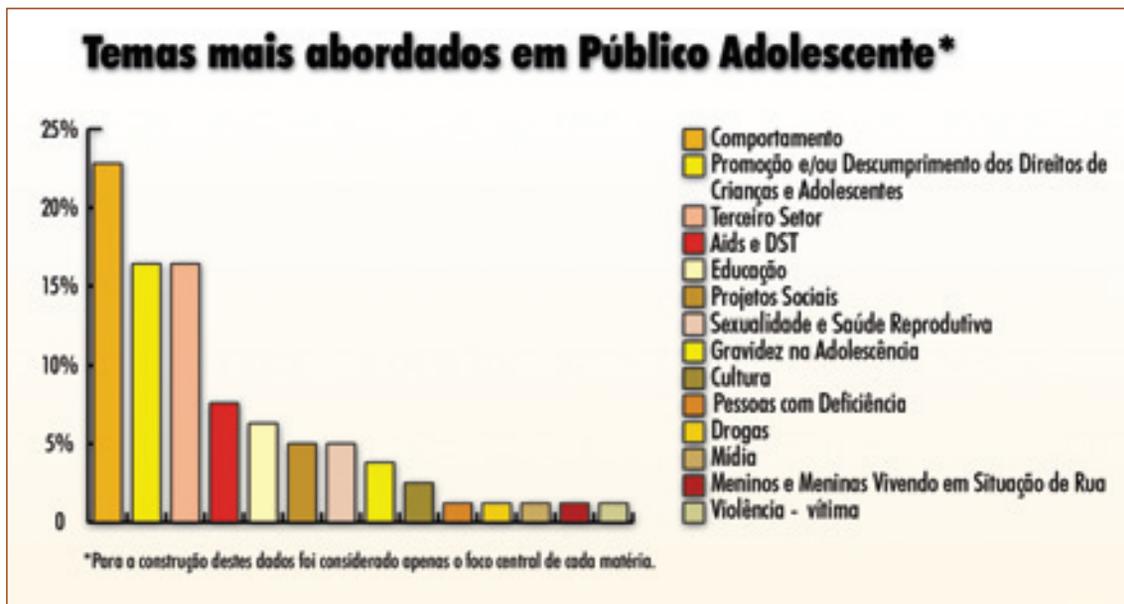
Autor: João Luiz Barreto Goes

Meio: MTV Brasil

Data: 26/Novembro/1999



■ Série de vinhetas sobre campanhas de utilidade pública em todos os âmbitos. Linguagem muito aberta, para público adolescente e jovem, utilizada em vinhetas de 40 segundos, que tratam de temas como tolerância, álcool, HIV/AIDS e meio ambiente.



ponde por 2,1% das entrevistas. Um índice pouco relevante se comparado aos 13,5% de citações a **Especialistas**, 12,8% de **Organizações da Sociedade Civil e Fundações** e 7,1% de **Profissionais de Ensino**. É positivo ressaltar que o **Poder Executivo** responde por 8,5% das entrevistas, o que tende a comprovar uma preocupação dos comunicadores com as políticas públicas para adolescentes nos mais diversos segmentos.

Além das publicações impressas, a maior parte dos programas para adolescentes inscritos nos prêmios vem

do rádio, havendo poucos de televisão. Nesses programas e publicações, **Participação de Adolescentes** (ou seja envolvidos diretamente em projetos sociais ou de voluntariado) são voz presente em 9,2% do material. Outros **Adolescentes**, vivendo as mais diversas situações, representam 22,1% das vezes que tiveram espaço nessas matérias. Assim, **Adolescentes em Geral** e **Participação de Adolescentes** somam, juntos, quase um terço das vezes ouvidas pelos comunicadores. Um ótimo sinal de respeito ao adolescente.

FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

PALOMITAS DE PAPEL
(POMBINHAS DE PAPEL)

PAÍS: El Salvador

GÊNERO: Suplemento
para crianças

AUTORA: Tania Aleyda Moreno Sánchez

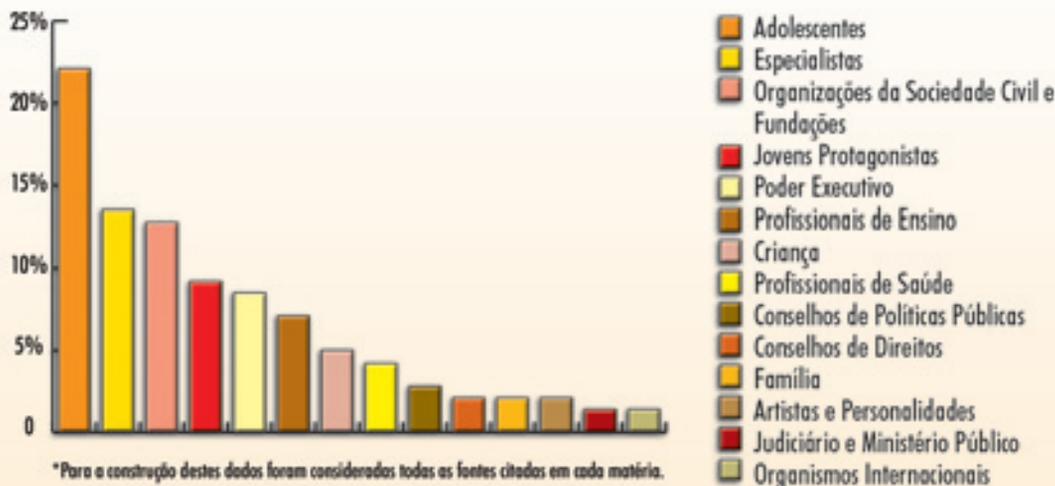
MEIO: : Jornal La Prensa Gráfica

DATA: dezembro/2000 – maio/2001



■ O suplemento dominical apresenta a seu público – crianças nos primeiros anos escolares – temas atuais de saúde, ciência e outros. O jornal faz dessa maneira um trabalho complementar à formação escolar. O mesmo veículo publica outros suplementos para crianças com o objetivo de ajudar os pais na educação de seus filhos.

Voices mais ouvidas em Público Adolescente*



FORA DE SINTONIA

Dois temáticas muito importantes para a adolescência dos países ibero-americanos aparecem pouco no material inscrito nos prêmios. A primeira é **Drogas**, com o índice de 1,2% entre os temas abordados. A questão é um problema social comum aos países da região, tanto quando se enfoca a utilização de drogas ilícitas quando se observam estatísticas de consumo de tabaco e álcool entre as camadas mais jovens da população. Informação qualificada sobre as consequências desse consumo e também sobre as contradições que dominam o discurso da sociedade perante o problema é

um direito dos adolescentes para o qual a mídia pode contribuir de maneira efetiva.

Violência é outro tema de pouco destaque – menos de 3% do total – nas publicações e programas para adolescentes que se inscreveram nos prêmios. Essa é uma grave omissão – o fenômeno é reconhecidamente um dos que afeta de forma mais profunda os direitos do segmento adolescente da população, conforme já discutido nesta publicação.

Finalmente, é importante realçar que apenas 5% das inscrições abordam questões de **Gênero** e 3,6% de **Discriminação Racial**.

FINALISTA/PÚBLICO INFANTIL E ADOLESCENTE

LOS NIÑOS Y NOSOTROS (NÓS E AS CRIANÇAS)

PAÍS: El Salvador

GÊNERO: Suplemento
para crianças

AUTORA: Maritza Yanira Zelada

MEIO: El Diario de Hoy

DATA: Publicações semanais



■ Material utilizado como complemento ao ensino escolar que respeita a inteligência das crianças quando trata temas como meio ambiente, matemática, ciências sociais, nutrição, escola, família, saúde e outros. Impressiona pela sua diversidade e profundidade.



FINALISTAS/TRABALHO GRÁFICO

MÃE SEM TETO



PAÍS: Brasil

GÊNERO: Fotografia

AUTOR: Alexandre
Cassiano de Sousa

MEIO: Jornal O Dia

DATA: 9/dezembro/2000



■ Registro fotojornalístico que alcança o equilíbrio entre um braço rígido da mãe, que protesta diante de uma fileira de braços horizontais dos membros das forças de segurança, e um outro que segura maternamente seu filho enquanto o amamenta.

MANIFESTO POR UMA ECONOMIA E DEMOCRACIA PARA MENINAS, MENINOS E ADOLESCENTES

América Latina e Caribe chegam ao novo milênio abaladas por uma situação econômica e social de inquietude e angústia, na qual crianças e adolescentes são as principais vítimas.

As reformas econômicas empreendidas durante a última década não alcançaram as expectativas. Nem sequer corrigiram as conseqüências da imensa dívida social de nossos países. Um dos resultados do descumprimento dos compromissos assumidos por parte de governos e sociedade é a situação de pobreza extrema em que vivem mais da metade das crianças e adolescentes.

Comprovamos, com dor e indignação, que as constantes causas de indigência da maioria das crianças e adolescentes da América Latina e Caribe se somam a outras, novas, mais fortes. Basta citar o baixo ou negativo crescimento econômico que aumenta o número de homens e mulheres sem trabalho, a queda das exportações, o protecionismo e os subsídios nos países poderosos, o pagamento de juros da crescente dívida externa, os efeitos negativos da privatização de empresas estatais, a corrupção generalizada nas instituições, o aumento da crise fiscal e os ajustes econômicos que reduzem indiscriminadamente os gastos sociais. Cabe acrescentar um importante fator que agrava a pobreza: os conflitos armados, que deixam milhares de crianças e adolescentes órfãos e abandonados, isto quando não são obrigados a participarem deles.

Estes novos fatores debilitam ainda mais nossa imperfeita democracia, pela qual tanto lutaram nossos povos. A crise afeta os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as demais instituições da democracia representativa.

A democracia é a instância social na qual se pode gerar a cidadania das crianças, isto é, o respeito por seus direitos. Por isso a democracia é a dimensão essencial do desenvolvi-

mento infantil na medida em que nela se aprendem os códigos da convivência, o respeito pelos demais e os procedimentos para resolver os conflitos em paz, em cooperação e com solidariedade. Lamentavelmente, não existe um diálogo intergeracional que possibilite a consulta sistemática e fértil sobre os problemas e ideais de crianças e adolescentes e abra caminhos institucionais de participação.

A responsabilidade pelo bem-estar da infância e adolescência é de todos e ninguém pode evadi-la. É fundamentalmente uma responsabilidade pública dos que exercem funções de governo e de gestão, em particular os que estão encarregados de desenhar políticas e programas direcionados à infância, e dos economistas profissionais, especialmente os responsáveis dos ministérios da Fazenda, dos juizes e membros do Poder Judiciário, da polícia e dos legisladores.

Em um tempo no qual os valores morais e éticos se degradam, queremos exaltar a responsabilidade dos pais na formação de seus filhos, a dos professores pela educação das crianças, e a dos médicos, particularmente os que atendem os serviços de saúde pública.

Existe, ademais, uma responsabilidade global frente às gerações jovens, que recai sobre os organismos encarregados das finanças internacionais, as empresas multinacionais, o sistema de cooperação multilateral e os investidores privados. Com respeito a isso, fazemos um chamado responsável aos países doadores para que cumpram com os objetivos e metas fixados na Cúpula para o Desenvolvimento Social celebrada em Copenhague. E também para que atuem coerentemente ao emitir seu voto no diretório das instituições financeiras internacionais cuja ação freqüentemente repercute de modo negativo na população, em particular nos mais jovens.

A vida miserável de milhões de crianças fere a dignidade humana e, diante da gravidade da situação, propomos:

1. A correção urgente em nível regional, nacional e local de um Pacto Social pela Infância entre todos os agentes políticos, econômicos e sociais que estipule:

- Que nenhuma menina, menino ou adolescente passe fome;

- Que todas as meninas, meninos e adolescentes frequentem a escola;

- Que nenhuma menina, menino ou adolescente tenha que trabalhar nem sofra algum tipo de exploração ou abuso.

2. Prioridade no financiamento dos programas e projetos que garantam os direitos sociais das crianças, assegurando que em tempos de recessão e de crise, tão frequentes em nossa região, se respeite o Interesse Superior da Criança, fixado no artigo três da Convenção sobre os Direitos da Criança. Para isso, propomos as seguintes medidas práticas:

- Programas nutricionais para estabelecer um sistema de segurança alimentar para todas as crianças;

- Salário de inclusão social (transferência básica de renda) para as chefes e os chefes de família que vivem em indigência, condicionado à frequência às aulas e ao adequado controle de saúde para meninos, meninas e adolescentes grávidas;

- Expansão do orçamento educativo a fim de garantir a todos a frequência escolar, desde a educação infantil até o ensino médio, para evitar a transmissão intergeracional da pobreza;

- Um sistema de vigilância cidadã para que os programas que asseguram os direitos das crianças sejam “programas protegidos” de todo corte orçamentário ou ajuste fiscal.

3. Defendemos a necessidade de uma virada moral em virtude da qual o principal valor do desenvolvimento e do crescimento não seja a acumulação de riqueza, senão o compromisso pelo respeito aos direitos humanos em geral e, em particular, a observação irrestrita do sistema de garantias definido na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Não precisamos justificar nossas propostas com uma análise de sua viabilidade econômica. Sabemos que o que pedimos, no presente manifesto e nos anteriores, não é algo excepcional, pois está claramente estabelecido na Constituição de cada um de nossos países. Pedimos o respeito à Constituição: uma democracia política e econômica que valorize com dignidade e amor a vida de nossas crianças.

América Latina e Caribe têm todas as potencialidades econômicas e sociais e todas as energias criativas intactas para se propor a planejar seu futuro com dignidade para todos seus habitantes. Negamos, assim, a idéia de que nossa história nos condena à miséria e que segue sendo a concretização de uma tristeza atávica. Afirmamos nossa certeza na possibilidade de realização de nossos sonhos e ideais, entre os quais figura, em primeiro lugar, a bela plenitude que ainda resta a nossas meninas, meninos e adolescentes viverem, que são o mais poderoso fundamento de nosso próprio porvir.

Finalmente, solicitamos ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que assuma a tarefa de impulsionar o diálogo entre sociedade e governo e com as crianças e adolescentes de cada um de nossos países, visando o cumprimento dos objetivos aqui apontados.

José Saramago, Belisario Betancur, Ernesto Sabato, Jorge Enrique Adoum, Arturo Corcuera, Thiago de Mello, Carmen Alborch, Mario Benedetti, Carlos Fuentes, Ángeles Mastretta, Álvaro Mutis, Héctor Aguilar Camín, Rosa Montero, Rigoberta Menchú, Fernando Savater, Elena Poniatowska, Alfredo Bryce Echenique, Monseñor Gregorio Rosa Chávez, Antonio Skármeta, Cristovam Buarque, Eulalia Ferrer, Manuel Vicent e Gabriel García Márquez

Salamanca, 26 de Novembro de 2002

METODOLOGIA

O presente estudo sobre as matérias, publicações e programas inscritos na II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e da Adolescência empregou um modelo metodológico baseado nas técnicas de análise de mídia desenvolvidas pela organização não-governamental brasileira Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI).

Para extrair os dados apresentados e discutidos nesta publicação, as peças inscritas na segunda convocatória foram agrupadas de forma que permitisse a aprofundar sua análise. Procederam-se, assim, estudos em separado das inscrições nas categorias *Rádio, Televisão, Imprensa e Gráficos*. Na categoria *Público Infantil e Adolescente*, o material foi separado para avaliar distintamente as peças dirigidas a adolescentes e a crianças. Um questionário, preparado especialmente para os grupos acima mencionados, foi aplicado a cada uma das inscrições.

O questionário teve como objetivo verificar, inicialmente, o principal tema abordado em cada peça inscrita. A relação dos temas inclui: ação do tráfico; adoção; adolescentes em conflito com a lei; HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis; ciência e tecnologia; comportamento; conflitos armados; consumo; cultura; deficiências; direitos; drogas; educação; situações de emergência; esporte; exploração do trabalho infantil; exploração e abuso sexual; gravidez na adolescência; lazer & entretenimento; meio ambiente; mídia; mortalidade infantil e mortalidade materna; pobreza; projetos sociais; saúde; sexualidade e saúde reprodutiva; situação de rua; terceiro setor; violência.

Além dos temas, verificaram-se a faixa etária abordada no material e questões de gênero e etnia. A utilização de marcos jurídicos nacionais e internacionais foi averiguada em

cada matéria inscrita. E a ótica utilizada nas reportagens – fosse ela focada em uma denúncia, em uma denúncia contextualizada com elementos que qualificam o debate público, ou em busca de soluções para um problema apresentado.

Outro grande eixo da análise das peças inscritas foi o levantamento minucioso das fontes mais ouvidas. Desde crianças, adolescentes, suas famílias até as diversas instâncias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No caso específico das inscrições de material gráfico, observou-se, por exemplo, se alguma das imagens era, em si, uma violação dos direitos de crianças e adolescentes. E para as inserções de material dirigido ao público infantil e adolescente houve o monitoramento da utilização de mensagens de estímulo ao consumo e a análise da linguagem empregada, específica para as faixas etárias às quais cada peça era dirigida.

Para o material de Imprensa, ao invés de aplicar um único questionário para cada reportagem inscrita, a equipe de classificadores considerou cada título que dividia matérias de uma mesma reportagem como uma inserção em separado, reproduzindo exatamente a metodologia aplicada pela ANDI na análise da cobertura da infância em jornais e revistas brasileiros.

Os questionários para cada inscrição foram preenchidos por estudantes universitários de Comunicação Social, integrados ao projeto de pesquisa. Os dados apontados nos questionários foram, em seguida, inseridos em banco criado especialmente para permitir o cruzamento de informações.

Especialistas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Fundação Telefônica e da ANDI reuniram-se para definir os critérios que seriam incluídos nos questionários e, posteriormente, para discutir os dados extraídos da análise.

OS ORGANIZADORES DOS PRÊMIOS



■ O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) forma parte integral do sistema de Nações Unidas. Conta com seu próprio corpo de governo e são 36 os membros da Junta Executiva que ditam políticas, revisam programas e aprovam orçamentos. Com o escritório principal em Nova York, o UNICEF desenvolve seu trabalho através de sete escritórios regionais e mais de 210 escritórios de campo em todo o mundo.

Coopera com governos nacionais, organizações não governamentais e outras agências do sistema das Nações Unidas em mais de 140 países.

O UNICEF trata de facilitar e apoiar as intervenções que têm como finalidade não só garantir a sobrevivência da criança, mas também uma série de resultados em matéria de proteção e desenvolvimento integral sustentável.

Através do Escritório Regional do UNICEF para América Latina e o Caribe, promovem-se em todos os níveis da sociedade os princípios dispostos na Convenção sobre os Direitos da Criança. O UNICEF se esforça para conseguir que esses direitos virem princípios éticos perduráveis e normas internacionais de conduta para com as crianças.

UNICEF - COMITÊ ESPANHOL

■ O Comitê Espanhol do UNICEF é uma organização humanitária sem fins lucrativos, criada exclusivamente para a cooperação com todos os meninos e meninas do mundo, e reconhecida formalmente pelo Estado espanhol, de acordo com o mandato do "Fundo das Nações Unidas para a Infância" (UNICEF).

Criado em 1961, sua função é centrada fundamentalmente na promoção e cumprimento na Espanha da Convenção sobre os Direitos da Infância de 1989 e a arrecadação de fundos para satisfazer as necessidades básicas dos mais jovens. Ademais, e na promoção deste objetivos, aspira – através da educação em todos os níveis – a mobilizar as instituições públicas e a sociedade civil para o exercício da solidariedade individual e coletiva e para que contribuam para um mundo mais justo para todos e todas.

O Comitê Espanhol tem sua sede central em Madri e está dirigido por uma Junta de Governo, formada por colaboradores voluntários e presidida por Francisco González-Bueno Lillo. Dispõe também de comitês nas 17 Comunidades Autônomas, que trabalham coordenadamente com a sede central, além de Delegações Provinciais e Locais. Sua máxima autoridade é a Assembléia Geral de sócios ativos com direito a voz e voto, que se reúne pelo menos uma vez por ano para eleger os membros da Junta de Governo.



■ EFE, primeira agência de notícias em espanhol, é uma organização multimídia internacional a serviço da informação.

Desde sua fundação, em 1939, até nossos dias, EFE passou de uma agência de âmbito nacional a uma empresa jornalística internacional com serviços informativos em língua espanhola, inglesa, árabe e portuguesa, com presença nos cinco continentes.

EFE tem uma rede de escritórios e correspondentes em 170 cidades de mais de cem países, com uma vasta produção de notícias em texto, foto, áudio e vídeo que chegam diariamente a seus clientes.

Desde 1965, EFE realiza uma cobertura informativa exaustiva de todo o continente americano, com serviços específicos para América Central, Cone Sul, Porto Rico e serviço hispano para Estados Unidos.

Outros dois objetivos essenciais de EFE são a defesa da língua espanhola, assim como a estruturação e promoção dos meios de comunicação ibero-americanos e dos profissionais que os integram.



Fundação Santillana

■ Desde o início das suas atividades, em maio de 1989, a Fundação Santillana para Ibero-américa, desenvolveu seu objetivo principal de apoiar projetos culturais, científicos e acadêmicos, por meio da organização de exposições, concertos, seminários, conferências e apresentação de publicações sobre diferentes áreas do conhecimento, com o respaldo de entidades acadêmicas de prestígio dentro e fora do país. Os usuários dos nossos serviços, não têm custos pela utilização da nossa sede, nem pela organização e realização dos diferentes eventos. A Fundação cumpre, assim, um papel de mecenaz cultural, que a converteu em centro focal de reflexão e análise do mundo acadêmico.

A Fundação é dirigida e orientada por um Patronato integrado pelos ex-presidentes da Colômbia: Carlos Lleras Restrepo (falecido em 1994), Misael Pastrana Borrero (falecido em 1998), Alfonso López Michelsen e Belisario Betancur (quem o preside) e Dom Jesús de Polanco, presidente da Fundação Santillana da Espanha.



Fundación Telefónica

Espanha • Argentina • Brasil • Chile • Marrocos • Peru

■ As fundações do Grupo Telefónica S.A. têm o prazer de apoiar a III Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente, iniciativa do UNICEF e da Agência EFE. Estimular o jornalismo consciente exercido com cuidado e profissionalismo, debatendo problemas e soluções de questões relacionadas às crianças, é uma iniciativa que se enquadra em nossos objetivos de contribuir para a melhoria das condições de vida dos setores menos favorecidos da sociedade, principalmente do público infantil.

Atualmente, existem fundações do Grupo Telefónica na Espanha, Argentina, Brasil, Chile, Peru e Marrocos. Com investimentos feitos prioritariamente nas áreas de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, as fundações desenvolvem projetos próprios e também apoiam iniciativas de organizações da sociedade civil. Preferencialmente, os projetos amparados caracterizam-se pelo uso das tecnologias de comunicação e informação rumo ao desenvolvimento social.



■ A Agência de Notícias dos Direitos da Infância é uma organização não-governamental, fundada em 1992, em Brasília, capital do Brasil.

A missão da ANDI é contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública em torno de temas considerados decisivos para a promoção dos direitos da infância e da adolescência. Para isto, busca estimular o diálogo pró-ativo, profissional e ético entre os atores da sociedade civil organizada e a Mídia.

Ao longo destes 11 anos de atividades, três eixos estratégicos – Mobilização, Análise e Qualificação – vêm orientando as diversas iniciativas desenvolvidas pela ANDI. A Agência é reconhecida hoje no Brasil e na América Latina como um centro de referência em comunicação para os direitos e o desenvolvimento humano e social.

Como princípios norteadores de suas ações, a ANDI acredita que a democratização e a qualidade da informação são elementos essenciais na construção de consciências e de um estado permanente de mobilização transformadora. A Agência embasa suas posições e práticas na Convenção sobre os Direitos da Infância e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil).

Finalistas e Vencedores

Os textos sobre o conteúdo dos trabalhos finalistas e vencedores de cada categoria, presentes nas fichas técnicas publicadas entre as páginas 31 e 68, foram extraídos dos comentários elaborados pelos integrantes do júri técnico da II Edição dos Prêmios Ibero-americanos de Comunicação pelos Direitos da Infância e Adolescência

ISBN
92-806-3793-3

UNICEF - BRASIL

SEPN 510, Bloco A Edifício INAN, 2º Andar
70.750-521 Brasília DF, Brasil
Caixa Postal 08584 • 70.312-970 Brasília DF, Brasil
Tel: (55.61) 3035.1947/1900
Fax: (55.61) 3035.0606
E-mail: rmello@unicef.org

AGÊNCIA EFE

Sede Central
Espronceda, 32 28003, Madri
Tel: (34.91) 346.7100/7400
E-mail: efe@efe.es

Ficha Técnica

A Infância e a Adolescência nos Meios de Comunicação Ibero-americanos

Redação dos Textos

Cynthia Garda

Edição

Cynthia Garda e Walter Sotomayor

Tradução

Walter Sotomayor

Supervisão Editorial

Veet Vivarta

Rachel Mello

Cesar Villar

Produção

Ana Flávia Flôres

Projeto Gráfico

ArteContexto

Equipe de Triagem e Classificação

Renata Noiar - Coordenação

Beatriz Evaristo

Claudia Alves

Deilson Vogado

Erika Nunes

Erika Santana

Gabriel Queiroz

Márcia Lima

Milena Marques

Patricia Osádon

Paulo Roberto Campos

Rilton Pires

Thainara Castro





A Infância e a Adolescência nos Meios de Comunicação Ibero-americanos



Análise da II Edição
dos Prêmios Ibero-americanos de
Comunicação pelos Direitos da
Infância e da Adolescência

